



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEBORAH SAYURI GONÇALVES INAZAWA

NAÇÃO PARA BORIS FAUSTO E BORGES HERMIDA

BRASÍLIA
2025

Deborah Sayuri Gonçalves Inazawa

NAÇÃO PARA BORIS FAUSTO E BORGES HERMIDA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do título licenciatura.

Orientador(a): Eduardo Diminitrov

BRASÍLIA
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder forças, sabedoria e luz ao longo desta jornada.

A minha família, o meu mais profundo carinho e gratidão. Especialmente aos meus pais, Aroldo e Daisy, e a minha avó Daisy, por todo o amor, apoio e ensinamentos. Ao meu irmão Pedro, pela companhia e incentivo constantes.

À Victor, Jaque, Ricardo e Ana pelo companheirismo e pelas palavras de encorajamento quando mais precisei.

Aos professores do Departamento de Sociologia da UNB, pelo conhecimento partilhado e pelo compromisso com a formação de cada aluno. Especialmente ao meu orientador, Eduardo Dimitrov por sua orientação.

E a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que esta caminhada fosse possível, deixo aqui o meu mais sincero agradecimento

“Toda nação cria mitos para si mesma. Toda nação se assenta em ficções. Nas ficções que nos contam sobre a França, não há exclusão social. Não há lugares onde se amontoam, se rechaçam, os marginais. Na fábula que se transmite entre nós de geração em geração, o inverno é frio, mas só para permitir o uso de roupas elegantes. Mantôs, Echarpes, Botas. Ninguém diz que esse frio é mortal para aqueles que não têm para onde ir”.
— **Milano, Léonora (Stardust, p. 30)**

RESUMO

Este trabalho analisa a construção da identidade nacional e a visão de Brasil nos manuais escolares *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermida (1968), e *História do Brasil*, de Boris Fausto (1995). O estudo parte do pressuposto de que a narrativa histórica nos livros didáticos é um instrumento de reprodução simbólica do Estado e das elites intelectuais, conforme o conceito de *habitus de Pierre Bourdieu* (1982), e de identidade nacional como invenção ideológica, segundo *Anne-Marie Thiesse* (2000). O objetivo principal da pesquisa é compreender como os diferentes contextos históricos e posicionamentos sociais dos autores influenciaram suas interpretações de Brasil. Os objetivos específicos incluem identificar os elementos simbólicos utilizados na formação da identidade nacional e as estratégias discursivas presentes nas obras. A metodologia utilizada é qualitativa, com abordagem interpretativa, exploratória e descritiva. Foram realizadas análises de conteúdo e análise comparativa entre as estruturas e narrativas dos livros, com apoio em referências teóricas e fontes secundárias. Os resultados indicam que Hermida apresenta uma narrativa positivista, com forte valorização do passado colonial e do mito das três raças, refletindo um *habitus* tradicional vinculado ao Estado autoritário. Fausto, por outro lado, adota uma abordagem crítica e plural, alinhada à tradição da USP e à escola dos *Annales*, promovendo uma identidade nacional mais complexa. Conclui-se que os manuais analisados reproduzem os valores dos espaços acadêmicos a que pertencem, funcionando como ferramentas de socialização e manutenção simbólica da ordem social.

Palavras-chave: Identidade nacional. Boris Fausto. Borges Hermida. História do Brasil. *Compêndio de História do Brasil*.

ABSTRACT

This paper analyzes the construction of national identity and the vision of Brazil in the school textbooks *Compêndio de História do Brasil* by Borges Hermida (1968) and *História do Brasil* by Boris Fausto (1995). The study begins from the premise that the historical narrative in these textbooks is an instrument for the symbolic reproduction of the State and of the intellectual elites, in line with Pierre Bourdieu's concept of habitus (1982) and with the notion of national identity as an ideological invention, according to Anne-Marie Thiesse (2000). The primary objective of the research is to understand how the authors' differing historical contexts and social positions influenced their interpretations of Brazil. Specific objectives include identifying the symbolic elements used in the formation of national identity and the discursive strategies present in each work. The methodology is qualitative, with an interpretative, exploratory, and descriptive approach. Content analyses and a comparative analysis of the structures and narratives of the two books were carried out, supported by theoretical references and secondary sources. The results indicate that Hermida presents a positivist narrative, with a strong valorization of the colonial past and the myth of the three races, reflecting a traditional habitus tied to an authoritarian State. Fausto, on the other hand, adopts a critical and pluralistic approach, aligned with the USP tradition and the Annales school, promoting a more complex national identity. It is concluded that the textbooks under analysis reproduce the values of their respective academic milieus, functioning as tools of socialization and symbolic maintenance of the social order.

Keywords: National identity. Boris Fausto. Borges Hermida. History of Brazil.

Compêndio de História do Brasil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capítulo: formação do povo brasileiro.....	34
Figura 2 – Fotos de indígenas brasileiros.....	35
Figura 3 – Figura utilizada em livro de Boris Fausto, sobre o título figura de um indígena.....	37
Figura 4 – Figura utilizada em o “elemento negro”.....	40
Figura 5 – Imagem presente no capítulo o elemento negro.....	42
Figura 6 – Imagem do livro de Boris fausto.....	43

SUMÁRIO

1 Introdução: Entre Nação Inventada E Narrativas Herdadas.....	1
1.1 Justificativas.....	2
1.2 Objetivos.....	2
1.2.2 Objetivo Geral.....	2
1.2.2 Objetivo Específico.....	3
1.3 Organização Textual.....	3
2 Debate Teórico: A Escrita Da Nação; Símbolos, Elites E Memória-----	5
2.1 A Identidade Nacional Como Invenção.....	5
2.2 Educação Como Um Processo Socializador E A Reprodução Simbólica.....	8
2.3 Habitus: O Lugar Dos Autores Na Estrutura Do Saber (Quem É O Historiador?).....	10
2.4 O Mito Das Três Raças E O Racismo Institucional E Estrutural.....	13
3 Metodologia.....	14
3.1 Delimitação Do Corpus E Natureza Da Pesquisa.....	14
3.2 Abordagem, Qualitativa, Interpretativa E Descritiva.....	15
3.3 Procedimentos De Análise: Comparação Estrutural E Discursiva.....	17
3.4 Como Ocorreu A Montagem Da Tabela Utilizada No Tópico "Mito Fundador"-----	19
4 Análise Das Obras.....	21
4.1 Compêndio De História Do Brasil, Borges Hermida.....	21
4.2 História Do Brasil, Boris Fausto.....	23
4.3 Comparação Percentual Dos Livros.....	25
4.3.2 Análise Do Gráfico.....	29
4.4 O Mito Fundador.....	33
4.4.1 Indígenas.....	34
4.4.2 Negros.....	39
4.4.3 Brancos.....	46
5 Resultados E Discussões- Qual A Visão De País Em Cada Texto.....	50
5.1 Elementos Simbólicos E Representativos Da Identidade Nacional.....	51
5.1.1 O Que O Mito Fundador Das Três Raças Índica?.....	51
5.1.2 Correntes Historiográficas Que Orientaram Os Autores.....	53
5.2 Influência Dos Diferentes Contextos Históricos, Sociais E Institucionais Para As Diferentes Interpretações De Brasil Presentes Nas Obras.....	55
5.3 Os Manuais De História Como Instrumentos De Socialização E Reprodução Simbólica.....	57
5.4 Racismo Institucional E Estrutural Suas Consequências.....	58
6 Considerações Finais-----	60

7. Referenciais Bibliográficos..... 62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos conteúdos na obra de Boris Fausto.....	28
Gráfico 2 - Distribuição dos conteúdos na obra de Borges Hermida.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese da abordagem metodológica.....	17
Tabela 2 – Comparativo de conteúdo entre Fausto Boris e Borges Hermida.....	26

1 INTRODUÇÃO: ENTRE NAÇÃO INVENTADA E NARRATIVAS HERDADAS

As identidades nacionais são invenções criadoras de uma nação (Thiesse, 2000) elas surgem mediante construção de aspectos culturais comuns, inventados e transmitidos a todos os cidadãos de um estado nacional por meio de um processo educacional. A aprendizagem desse léxico, permite que os indivíduos criem vínculos de pertencimento com sua nação de origem e com os demais cidadãos.

Esse fenômeno é importante para que as elites culturais se mantenham no poder. Já que as elites criam mecanismos de reprodução de privilégios, por meio do ensino do que é considerado correto no seu *Habitus* ao restante da população (Bourdieu, 1982).

No caso brasileiro, esse processo de invenção da nação está associado ao mito das três raças — brancos, negros e indígenas — que, segundo a narrativa dominante, se fundiram para formar o pardo, a “raça nacional”. Esse mito, como exposto por Martius (1843), muitas vezes ignora as relações de desequilíbrio de poder e exclusão racial, que moldaram (e ainda moldam) a formação deste país.

Assim a educação é um processo de socialização (Durkheim, 1955), hierarquizado (Bourdieu, 2005) que prepara os indivíduos a ocupar o seu espaço de acordo com esta hierarquia. Os livros didáticos desempenham um papel central nesse cenário. No caso brasileiro, a elite se utiliza do ensinamento de categorias raciais para reproduzir os seus privilégios. Isto cria uma sociedade racialmente estruturada com base no racismo estrutural e institucional.

Esta pesquisa parte da premissa de que as narrativas históricas presentes nos livros didáticos não apenas ensinam, mas também moldam percepções coletivas sobre o Brasil. Através de uma análise comparativa do "Compêndio de História do Brasil" de Borges Hermida e "História do Brasil" de Boris Fausto, objetiva-se descobrir como diferentes contextos históricos e configurações sociais afetaram a representação da nacionalidade brasileira presente em ambos os autores.

Utilizando uma abordagem qualitativa, exploratória e interpretativa, este estudo considera as escolhas temáticas, alinhamentos ideológicos e localizações institucionais das obras analisadas. Contrasta qual corrente historiográfica cada autor seguiu — no caso de Hermida, a historiografia nacional, e com Fausto a

historiografia Uspiana com influências da escola de Annales — e como essas opções reverberam dentro de seus respectivos textos.

Meu objetivo nesta pesquisa é explorar como a história do Brasil está sendo ensinada por meio desses livros didáticos e contribuir para o debate sobre os mecanismos simbólicos na educação que criam um sistema de reprodução de desigualdades sociais com base em linhas raciais.

1.1 JUSTIFICATIVAS

A relevância desta pesquisa se justifica na importância de ambos os livros na formação do imaginário histórico do povo brasileiro. Ambos os autores advêm de instituições de grande prestígio acadêmico (Colégio Dom Pedro II e USP) e ambas as publicações possuem comprovada aceitação na academia. Estes fatores tornam o mapeamento dos objetos de pesquisa relevantes para a compreensão dos mecanismos de reprodução social.

Do ponto de vista teórico esta pesquisa se válida pela sua conexão com o racismo estrutural e institucional presente nos objetos apresentados, esses mecanismos de exclusão ainda são estruturantes da sociedade brasileira (Como será demonstrado no capítulo de debate teórico do texto).

Todos esses fatores somados com a ausência de pesquisas análogas, especialmente sobre o texto de Boris Fausto, tornam essa monografia extremamente importante para a área de pesquisa das identidades nacionais.

1.2 OBJETIVOS

Neste tópico, encontram-se descritos os objetivos geral e específico que orientam esta investigação

1.2.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é analisar disparidades e semelhanças na visão de Brasil e identidade nacional presentes no Compêndio de História do Brasil de Borges Hermida (1968) e no História do Brasil, de Boris Fausto (1995), à luz do

conceito de *habitus* de *Pierre Bourdieu* e da *teoria da identidade nacional* de *Anne-Marie Thiesse*.

1.2.2 OBJETIVO ESPECÍFICO

Para se alcançar o objetivo geral, propõem-se estes objetivos específicos:

- I. Identificar os elementos simbólicos e narrativos utilizados por cada autor na representação da identidade nacional brasileira;
- II. Compreender como os diferentes contextos históricos, sociais e institucionais influenciaram as interpretações de Brasil presentes nas obras;
- III. Analisar as correntes historiográficas que orientam as escolhas estruturais e temáticas dos autores;
- IV. Refletir sobre como os manuais funcionam como instrumentos de socialização escolar e reprodução simbólica das estruturas de poder.

1.3 ORGANIZAÇÃO TEXTUAL

Esta monografia é composta por seis capítulos que tem como objetivo estabelecer uma discussão crítica e comparativa entre os livros *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermida (1968) e *História do Brasil*, de Boris Fausto (1995), tendo como foco os contextos históricos e acadêmicos que influenciaram a escrita de ambos os autores. No primeiro capítulo é apresentado o tema geral da pesquisa, sua relevância e os objetivos utilizados ao longo do estudo.

O segundo capítulo é a fundamentação teórica da pesquisa. No item 2.1 é apresentado o conceito de identidade nacional como uma construção ideológica, partindo da proposta de Thiesse (2000). No tópico 2.2, é apresentado o conceito de sistema educacional como local de socialização e reprodução simbólica, inspiradas nas ideias de Durkheim (1995) e Bourdieu (1982). Já no item 2.3, aborda-se o conceito de *habitus* e sua relação com o espaço de escrita de cada autor. O último tópico o 2.4, apresenta o racismo estrutural e sua relação com o mito das três raças

O terceiro capítulo é a metodologia onde é apresentado as escolhas metodológicas adotadas para realização da pesquisa. No item 3.1 é traçado o corpus e natureza da investigação, no item 3.2 é explicado a abordagem qualitativa,

de natureza interpretativa, exploratória e descritiva abordada para análise dos textos. No último tópico, o 3.3 é realizada uma descrição dos procedimentos de análise utilizados dentro do texto.

O quarto capítulo é onde ocorre a análise das obras, esta parte do texto é separada em três subitens;

Nos subitens 4.1 e 4.2 será apresentado uma pequena bibliografia de cada autor, aspectos gerais de cada obra mencionada e aspectos historiográficos gerais destas obras. Após esta apresentação inicial, o texto se concentrará na relação dos livros com os estados nacionais de seus respectivos períodos e como estes direta ou indiretamente influenciaram as decisões editoriais de cada autor.

Nos subitens 4.3, 4.3.1 e 4.3.2 ocorre uma análise dos índices mediante a uma tabela e dois gráficos percentuais de conteúdo. Nestes tópicos as correntes de pensamento que estavam em voga durante o período de escrita de cada autor são relacionadas com as estruturas apresentadas nos gráficos de maneira a demonstrar como estas influenciaram estruturalmente as escolhas de ambos os autores.

Nos subitens 4.4, 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3 é realizado uma análise narrativa do mito das três raças, e como este é exposto em cada obra. Este mito evolucionista entende que a raça nacional foi criada mediante a união de três raças; os Brancos, os Negros e os Indígenas. A mescla destes três grupos criam a raça nacional, o pardo. Esta parte do texto é uma comparação textual entre Hermida, Fausto e Matius e aborda as diferenças e similaridades na visão de país presente em cada autor.

O quinto capítulo apresenta os resultados e discussões encontrados na monografia. Nesta parte, o texto alinha os achados da pesquisa com a estrutura social brasileira contemporânea. Demonstrando que ambas as obras ensinam uma visão racialidade de país, cumprindo a função de ser um instrumento reprodutor de hierarquias raciais. O sexto capítulo, último do texto, se trata das considerações finais.

2 DEBATE TEÓRICO: A ESCRITA DA NAÇÃO; SÍMBOLOS, ELITES E MEMÓRIA

Neste capítulo, são apresentados três subtópicos. No item 2.1, discute-se a identidade nacional como uma construção ideológica, partindo da proposta de Thiesse (2000). No tópico 2.2, é apresentado o conceito de sistema educacional como local de socialização e reprodução simbólica, inspiradas nas ideias de Durkheim (1995) e Bourdieu (1982). Já no item 2.3, aborda-se o conceito de habitus e sua relação com o espaço de escrita de cada autor. O último tópico o 2.4, apresenta o racismo estrutural e sua relação com o mito das três raças.

2.1 A IDENTIDADE NACIONAL COMO INVENÇÃO

Os Estados Nacionais modernos são invenções sociais construídas ao longo do século XIX, surgidas em decorrência das Revoluções Francesa e Industrial, bem como das modificações sociais por elas provocadas nos antigos modos de vida e de produção comercial. O mundo anterior à dupla revolução era, simultaneamente, maior e menor; maior em razão dos muitos espaços desconhecidos entrecruzados por pequenas regiões exploradas; e menor, porque os homens viviam suas vidas inteiras nessas pequenas regiões conhecidas (Hobsbawm, 1984).

Isso se dava devido às poucas tecnologias de transporte e comunicação existentes, que dificultavam longos deslocamentos humanos. O principal meio de transporte para a maior parte da população era a mula ou o cavalo; carruagens eram utilizadas apenas por nobres. As notícias eram disseminadas de vilarejo a vilarejo por mercadores viajantes ou por cartas — embora importantes como meio de comunicação, eram inacessíveis a grandes parcelas da população, devido ao maciço analfabetismo da época (Hobsbawm, 1984).

Este mundo era majoritariamente agrário. Havia uma separação visível entre o campo e as cidades: os moradores do campo eram mais baixos e lentos, enquanto os da cidade, mais altos, pálidos e com maior agilidade de pensamento, ocupavam uma variedade maior de ofícios. As cidades eram provinciais, ou seja, pequenas, herdadas da era medieval, podiam ser atravessadas em curtas distâncias e muitas vezes eram fisicamente separadas de seus arredores por muralhas (Hobsbawm, 1984).

Dessa maneira, o *locus* cultural e histórico — ou seja, as referências — desses indivíduos eram locais e vinculadas à sua região de origem. A cultura, nesses espaços,

[...] Tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade história e direitos naturais conforme o expresso na história [...] O “costume” não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais (Eric Hobsbawm :Terence Ranger, 1984, p. 10-11).

Portanto, quando a dupla revolução (Francesa e Industrial) remodela os modos tradicionais de vida e produção, criando consigo a instituição do Estado Nacional moderno. E gerando grandes êxodos humanos para as cidades. Logo, foi necessária a criação de novas identidades para os indivíduos, já que o mundo ao qual pertenciam anteriormente deixou de existir.

Dessa maneira, a nação passou a cumprir o papel de substituir os vínculos culturais que anteriormente existiam nas sociedades tradicionais, o que permitiu que a sociedade contemporânea passasse por súbitas mudanças em sua constituição, sem que se deteriorasse. Esses símbolos geram uma sensação de continuidade e segurança, evitando, assim, a anomia social (Thiesse, 2000)

Como já mencionado, Thiesse pontua que os Estados Nacionais são invenções criadas ao longo do século XIX. Por terem sido criados artificialmente por uma elite nacional, exige-se a criação de símbolos e mecanismos de reprodução para que culturas e hábitos imaginados sejam assimilados pela população em geral. Estes constituem o que Hobsbawm chama de "tradições inventadas".

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (Eric Hobsbawm: Terence Ranger, 1984, p. 10).

O sentimento de pertencimento às nações está pautado no conhecimento desse léxico social comum, referenciado a pontos específicos do passado. Como os Estados Nacionais nasceram em conjunto, seguem, em geral, a mesma lógica organizadora, com pouca ou quase nenhuma variedade entre si (Thiesse, 2009). De acordo com Thiesse, a lista de elementos que compõem essas nações inclui

[...] Uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade, representações oficiais - hino e bandeira - e identificações pitorescas - trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático. (Thiesse, 2000, p. 18).

Para que a nação cumpra seu propósito e mantenha-se viva durante gerações, essas simbologias precisam estar bem enraizadas na mente dos cidadãos, perpetuando-se por meio da transmissão entre gerações. A escola cumpre papel fundamental nessa transmissão de tradições. “Aí se aprende não só a língua, a história ou a geografia da nação, mas também como ser e pensar nacionalmente. A educação moral insere-se na aprendizagem da nação” (Thiesse, 2000, p. 234).

Émile Durkheim, na obra Educação como processo socializador, também enfatiza essa característica da educação e destaca que ela será sempre moldada ao espaço social e histórico em que se insere. O objetivo prático da educação é formar um indivíduo capaz de pertencer à sociedade em que nasceu. O não comprometimento com esse sistema educacional isola socialmente o indivíduo de seus iguais, impedindo-o de integrar-se ao convívio coletivo (Durkheim, 1955).

Durkheim afirma que a educação será sempre a transmissão de conhecimento de uma geração parental para outra posterior, mas, embora mantenha certas características universais, ela varia conforme as necessidades sociais de cada espaço e período histórico.

Dentro dessa lógica, os manuais de ensino são instrumentos privilegiados para analisar um sistema educacional — ou, ao menos, as partes consideradas essenciais para a constituição da base comum cidadã. Esses manuais apresentam, de forma simplificada e objetiva, os conhecimentos universais tidos como fundamentais para a formação do cidadão de um determinado período, ao mesmo tempo em que promovem os ideais que sustentam a interpretação de país.

2.2 EDUCAÇÃO COMO UM PROCESSO SOCIALIZADOR E A REPRODUÇÃO SIMBÓLICA

Ademais de evitar a anomia social (Thiesse, 2000), a disseminação de seu ideal de país ajuda os grupos de elite a se manter no poder. Isso significa que o processo de dominação social é mais do que um simples processo de controle

financeiro, ele também é um processo de dominação simbólico. Neste processo as ideias, visões de mundo e outras representações aceitas como corretas pelos grupos dominantes se tornam as “oficiais”. Bourdieu reforça esta ideia de exclusão social advinda do processo de conhecimento, por meio de suas análises presentes no livro “A reprodução”.

Neste texto o autor demonstra que os alunos secundaristas franceses que possuem acesso diminuto a este léxico, tendem a ocupar profissões de menor rentabilidade financeira e ter menos acesso às faculdades de elite (Bourdieu, 1982). Na teoria do autor, a escola não é o único mecanismo de reprodução de desigualdades, cabendo aqui uma análise mais aprofundada sobre a tese apresentada.

Primeiramente, Bourdieu (2007) entende que a visão dos sociólogos clássicos da educação, como Durkheim, é simplificada. Como já dito anteriormente, Durkheim entende a escola como um sistema de socialização onde um conhecimento específico é passado de uma geração parental para uma geração posterior (Durkheim, 1955). Este conhecimento é adaptado às necessidades expressas temporal e localmente. A não passagem deste conhecimento gera para o indivíduo grande sofrimento, já que a socialização errada impede o adentramento no corpo social. (Durkheim, 1955).

Bourdieu (1982) concorda com o conceito de educação como um sistema de socialização, mas discorda da ideia de que todos os indivíduos são iguais dentro deste espaço. Para o autor a visão clássica sociológica, ignora aspectos de dominação e hierarquias presentes nos espaços educacionais. Já que todas as sociedades possuem mecanismos de reprodução social de privilégios e;

[...] Quanto mais diferenciadas as estruturas de uma sociedade, mais dissimulados são os mecanismos de dominação [de indivíduos, de grupos, de classes]. Esses mecanismos favorecem a mobilização de estratégias de reprodução [As pessoais e familiares, como as estratégias matrimoniais ou de fecundidade, às institucionais, como as escolares, religiosas ou políticas]. (Vale, 2002, p. 3)

Desta maneira, apesar da educação ser um processo de socialização que prepara o indivíduo a adentrar a sociedade, ele o prepara para adentrar de uma maneira hierarquizada e dominada, o encaixando dentro de um espaço cultural específico sob comando de uma elite. De acordo com Vale (2022), Bourdieu e Passaron entendem que o principal mecanismo de reprodução de status da elite é o

sistema educacional. Na visão dos autores (Vale, 2022) as escolas são sistemas criados com o objetivo de monopolizar o capital cultural (Vale, 2022). Em que a comunicação pedagógica;

[...] Funciona menos como transmissão de uma cultura qualquer e mais como legitimadora de uma cultura particular, ou seja, os diferentes meios institucionais promovem uma certa “convivência cultural entre a escola e as maneiras [de viver, falar e pensar] características da classe dirigente” (FORQUIN, 1971, p. 42 apud Vale, 2022, P6)

A escola e todo o sistema educacional são organizados de maneira a legitimar a passagem da cultura dominante. Isto ocorre por meio de testes e a divisão do espaço acadêmico em níveis progressivos. Bourdieu e Passaron (Vale, 2022) entendem que durante a vida acadêmica estes alunos serão constantemente testados sobre o seu entendimento deste léxico comum. Estes testes ocorrem por meio de provas e o aluno só poderá progredir para níveis de ensino superior, comprovando mediante a boas notas a absorção desta cultura.

Para Bourdieu o “título da nobreza” que separaria o nobre dos plebeus na sociedade do antigo regime se torna o título acadêmico em sociedades burguesas. Só é possível ascender socialmente possuindo esta comprovação de conhecimento. Tendo isso tudo em vista, é possível compreender que o ideal de nação surge de uma escolha ideológica perpetrada por grupos de elite. Esta elite cria – ou em alguns casos escolhe, símbolos nacionais que são ensinados ao restante da população por meio do processo educacional. O conjunto desses símbolos nacionais criam as visões de nação. Por intermédio da leitura dos dois manuais de ensino é possível compreender qual a interpretação de país as elites pretendem propagar.

2.3 HABITUS: O LUGAR DOS AUTORES NA ESTRUTURA DO SABER (QUEM É O HISTORIADOR?)

Para fins de entendimento de quem é o historiador, é importante definir o conceito de *Habitus*. E como este conceito se relaciona com esta profissão docente. Para Bourdieu (1982), o *Habitus* é o processo de interiorização e externalização das estruturas sociais às quais os sujeitos estão submetidos. Ele é uma reprodução automática destas regras consideradas comuns nos espaços de convívio social e cultural. O *Habitus* muda com o decorrer do tempo, já que as regras de socialização

variam com o tempo e espaço. Vale a pena frisar que o habitus não é o único mecanismo de socialização e sua apropriação/reprodução não ocorre de maneira mecanicista possuindo adaptações às circunstâncias sociais e pessoais dos indivíduos.

Cada profissão possui o seu próprio Habitus. O Habitus da profissão docente, o habitus professoral, “faz parte do conjunto de elementos que estruturam a epistemologia da prática (Silva, 2005).” apud (Souza, 2013, P4). Ainda de acordo com Silva (2005) este;

Trata-se do modo de ser e de agir do docente que são produzidos por meio de influências advindas da cultura familiar, social e da formação profissional que subsiste na instituição na qual o agente desenvolve sua carreira docente. Desta forma, pode-se conceituar o habitus professoral como um conjunto de valores, crenças, concepções que orientam a prática docente e refletem as características comuns à educação profissional [...] (Souza, 2013, P. 4)

Em seu livro “As doze lições sobre a história” Prost (2008) analisa o “ser historiador”. No primeiro capítulo de seu texto a definição de habitus acadêmico está presente. Para Prost (2008) o historiador é um sujeito que faz parte de um grupo social que; “O pesquisador ligado à História integra um grupo de pessoas que se afirmam historiadores com o acordo de seus pares e do público interno e/ou externo ao ambiente acadêmico-científico (FERREIRA, 2008)” apud *Oliveira, 2016, P. 26*.

Esse grupo pertencente a um espaço de socialização comum sendo conectados por Habitus epistemológicos comuns através da criação de redes de produção acadêmicas, critérios de julgamento comuns sobre a qualidade do material acadêmico, valores produtivos (O que pode ser considerado um bom ou mal artigo) e compartilham os mesmos valores de classe (Qual é o papel de um historiador, como um historiador deve agir etc). (Prost, 2008).

Essas características compartilhadas tornam o fazer história, para Prost (2008), uma prática social. Esta prática é regida por regras próprias e definições próprias, que reproduzem as ideias dominantes presente no espaço acadêmico. Estes espaços avaliam e validam as pesquisas de seus autores.

Para Oliveira (2016), por participarem da academia eles necessitam se sujeitar às regras estabelecidas por esta, sendo a adequação às estas normativas a condição primária para participação no meio acadêmico e obtenção do reconhecimento de seus pares. Bourdieu apelida este fenômeno de jogo e para ele;

[...] ninguém pode lucrar com o jogo, sem se deixar levar por ele: significa isto que não haveria jogo sem crença no jogo e sem as vontades, as intenções, as aspirações que dão vida aos agentes e que, sendo produzidas pelo jogo, dependem da sua posição no jogo e, mais exactamente, do seu poder sobre os títulos objectivados do capital específico [...]. (BOURDIEU, p. 85, 1989). (Anput Oliveira, P. 104, 2016)

As escolhas organizacionais presentes nos livros analisados não são arbitrárias, elas estão vinculadas com alinhamentos ideológicos presentes nos seus espaços de escrita. Vários exemplos desta estruturação estarão presentes ao longo do texto principalmente no tópico 4.3 “Comparação percentual dos livros”, onde se é analisada a organização historiográfica e seus alinhamentos com correntes historiográficas.

A fim de explicação, cada autor é influenciado por uma corrente historiográfica específica. Estas correntes se relacionam com movimentos ideológicos mais amplos que incidiam na historiografia nacional em cada período analisado. Por exemplo, a organização linear que os autores escolhem para estruturar ambos os livros. Nesta organização a história nacional começa em um passado distante e termina no “presente” de cada autor, sendo a História do Brasil separada em blocos bem definidos.

Em Hermida esta escolha organizacional está relacionada com a corrente de pensamento positivista, utilizada pela historiografia oficial do período militar para realizar o processo de organização oficial dos manuais de história do Brasil. Já em Fausto, esta escolha pode ser entendida como uma herança da escola de Annales sobre a Geração Uspiana. Como será explicado futuramente no texto, a USP foi a primeira faculdade nacional que implementou o ensino de história, profissionalizando a carreira. Os seus primeiros professores eram franceses e seguiam a historiografia de Annales.

Apesar desta corrente historiográfica nascer como uma oposição direta a historiografia positivista ela herda esta organização estrutural simplificada.

2.4 O MITO DAS TRÊS RAÇAS E O RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL

No tópico “4.4 O mito fundador” é apresentado o mito fundador da sociedade brasileira, o mito das três raças. De acordo com este mito, o Brasil é formado pela

união de três raças distintas; os brancos, negros e indígenas que dão origem a raça nacional, o pardo. Se o mito fundador brasileiro é pautado nas categorias raciais, não é uma extrapolação inferir que a nação brasileira se utiliza de categorias raciais para sua estruturação. Para o criador deste mito Matius (1853), a história do Brasil necessita ser a história do processo de dominação dos portugueses sobre as duas outras raças, consideradas inferiores.

Esta pequena construção que será aprofundada no tópico “4.4 o mito fundador”, está presente no conceito de racismo institucional. Racismo institucional é pautado na ideia de que “as instituições têm a finalidade de perpetuar a racialização social” (Santos e Reis, 2021). Nesta estrutura os classificados como brancos ocupam com maior frequência os espaços de poder. (Santos e Reis, 2021)

Desta maneira, o habitus adquirido dentro de instituições de poder como; universidades, governos e escolas subalterniza as outras raças, já que suas organizações estão estruturadas para tal. (Santos e Reis, 2021).

Para Silva Almeida, isto demonstra que a sociedade é racista, já que as estruturas sociais só são um reflexo das estruturas cognitivas gerais que compõem o corpo social (Almeida, 2018). Já Santos e Reis (2021), entendem que as instituições são reprodutoras do racismo (Não criadoras) e que este fenômeno não pode ser isolado individualmente, fazendo parte do alicerce da sociedade brasileira.

O racismo institucional é só uma das manifestações do racismo estrutural. Santos e Reis (2021) entendem que; “O racismo estrutural encontra-se vinculado a um modelo que torna possível a reprodução de forma sistemática de ações racistas dentro de uma ordem jurídica, política e econômica.” (Santos e Reis, 2021). Pela sociedade ser racista, suas instituições realizam processos discriminatórios com base em critérios raciais.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta as escolhas metodológicas adotadas para realização desta pesquisa. No item 3.1 é traçado o corpus e a natureza da investigação, aqui se justifica as escolhas das obras tendo como base a sua relevância histórica, circulação no ensino médio e posição institucional dos autores. No item 3.2, é explicada a abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, exploratória e descritiva abordada para a análise dos textos.

No último item, o 3.3 é realizada uma descrição dos procedimentos de análise utilizados, dentro do texto. Aqui se dá destaque para a comparação estrutural e discursiva dos manuais, por meio da observação da organização dos capítulos, vocabulários empregados, temáticas privilegiadas e estruturas identificadas. Esta abordagem permite um entendimento mais complexo das relações entre discurso histórico, produção acadêmica e a reprodução simbólica presente em ambas as obras.

3.1 DELIMITAÇÃO DO CORPUS E NATUREZA DA PESQUISA

O corpus da pesquisa são dois manuais escolares para o ensino médio: *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermida (1968) e *História do Brasil*, de Boris Fausto (1995). A escolha destes dois autores se justifica pela sua importância durante os períodos registrados. Tanto Hermida quanto Fausto fazem parte de grupos de elite intelectual. Ambos os autores estão vinculados a prestigiosas instituições de ensino; Hermida foi professor concursado do colégio Dom Pedro II, instituição criada com o objetivo de instruir a elite intelectual do império brasileiro. Já Boris Fausto era professor colaborador da USP. Ambas as instituições têm grande poder de influência no cenário nacional da educação e podem ser interpretadas como *Habitus* (Bourdieu, 1982) de uma elite intelectual. Um bom exemplo disso no texto, é como a portaria 1.045 de 14 de dezembro de 1951 tornou os currículos do colégio dom Pedro II obrigatórios para todos os níveis de ensino brasileiro (Ribeira Junior, 2007).

Ambos os livros foram (e no caso do livro de Boris Fausto continua) bastante referenciados e são direcionados para o público do ensino médio. No livro de Fausto, esta informação é reforçada na introdução do autor onde ele indica como

público-alvo de seu texto; os alunos do o 2º grau, estudantes universitários e o público letrado em geral. Esta obra ganhou o prêmio Jabuti em 1995, um ano após sua publicação. De acordo Ferraro (2013), o Compêndio de História do Brasil era o campeão de vendas CEN chegando a ser publicado 2.439.019 exemplares durante os 10 anos de publicação.

Outro aspecto que levou a está delimitação foram os espaços sociais distintos que ambos ocuparam durante a ditadura militar e como estes moldaram suas produções historiográficas. Fausto ingressou na USP um ano antes do golpe de 1964, ele acompanhou a perseguição acadêmica de professores e colegas. Isto possui um impacto na escolha temática de suas obras, está influência será aprofundada no tópico 4.3, “comparação percentual dos livros”. Já Hermida era o autor mais vendido da CEN e suas obras sofreram intervenção direta do estado brasileiro. Este aspecto é observado no tópico 4.1 “Compêndio de História do Brasil, Borges Hermida”.

Em relação a natureza, esta pesquisa é qualitativa com caráter interpretativo, já que se compromete a analisar os significados simbólicos, discursivos e ideológicos presentes nos manuais. Sendo assim, buscou-se compreender como os autores moldam suas visões de Brasil e quais foram suas estratégias discursivas utilizadas para tal. A natureza exploratória da pesquisa visa aprofundar a compreensão de um fenômeno bastante debatido e de grande relevância social no Brasil de forma comparada: os mecanismos de reprodução da elite presentes em manuais de ensino de história.

Esta investigação busca levantar hipóteses e padrões a partir da leitura crítica das fontes primárias (Os manuais) e outros textos correlatos. Este estudo apresenta também caráter descritivo, por ter como objetivo registrar, organizar e apresentar sistematicamente os dados observados nos livros. Estas observações serão a base para a análise interpretativa que será desenvolvida nos capítulos seguintes.

3.2 ABORDAGEM, QUALITATIVA, INTERPRETATIVA E DESCRITIVA

Este estudo apresenta abordagem qualitativa, interpretativa e descritiva. Essa escolha de abordagens objetiva compreender como os discursos sobre o Brasil e a identidade nacional são construídos, reforçados e transmitidos no ambiente escolar.

A natureza interpretativa do trabalho justifica-se pelo fato dos dados encontrados no texto não estarem expostos de maneira direta, eles precisam ser interpretados dentro de contextos históricos, políticos e intelectuais em que foram produzidos. A análise dos manuais requer então uma visão atenta para os significados implícitos, as escolhas vocabulares e os enquadramentos narrativos, articulado texto e contexto. O caráter descritivo surge da demanda de uma descrição prévia rigorosa do texto para que sejam identificados e sistematizados elementos como; a estrutura dos capítulos, a ordem dos temas históricos, a presença de personagens, categorias raciais, expressões ideológicas e estratégias narrativas.

O uso combinado destas três estratégias de análise- qualitativa, interpretativa e descritiva- permite um entendimento mais aprofundado da função ideológica dos manuais didáticos no sistema de reprodução de privilégios sociais. Considerando a influência do *habitus* (Bourdieu, 1982) da elite na produção do conhecimento escolar, a pesquisa busca não apenas o que os textos dizem, mas como dizem, porque dizem, e quais são as implicações sociais e políticas desta escolha. Para resumir os principais elementos metodológicos presentes nesta monografia, apresenta-se a seguir um quadro que apresenta os aspectos centrais da metodologia escolhida.

Tabela 1 – Síntese da abordagem metodológica

Elemento	Descrição
Natureza da pesquisa	Qualitativa, interpretativa e descritiva
Objetivo Geral	Analisar disparidades e semelhanças na visão de Brasil e identidade nacional presentes no <i>Compêndio de História do Brasil</i> de Borges Hermida (1968) e no <i>História do Brasil</i> , de Boris Fausto (1995). à luz do conceito de <i>habitus</i> de Pierre Bourdieu e da teoria da identidade nacional de Anne-Marie Thiesse.
Objetivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> I. Identificar os elementos simbólicos e narrativos utilizados por cada autor na representação da identidade nacional brasileira; II. Compreender como os diferentes contextos históricos, sociais e institucionais influenciaram as interpretações de Brasil presentes nas obras; III. Analisar as correntes historiográficas que orientam as escolhas estruturais e temáticas dos autores; IV. Refletir sobre como os manuais funcionam como instrumentos de socialização escolar e reprodução simbólica das estruturas de poder.
Tipo de análise	Análise de conteúdo e análise comparativa (estrutural e discursiva)
Corpus	<i>Compêndio de História do Brasil</i> (1968) e <i>História do Brasil</i> (1995)
Crítérios de seleção	Relevância histórica, prestígio acadêmico, vínculo institucional dos autores
Procedimentos	Leitura crítica, categorização temática, análise das estruturas narrativas
Referencial teórico	Bourdieu (<i>habitus</i>), Thiesse (identidade nacional), Durkheim e Racismo estrutural, institucional (Silva Almeida, Santos e Reis)

Fonte: Elaboração própria.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE: COMPARAÇÃO ESTRUTURAL E DISCURSIVA

Os procedimentos analíticos adotados nesta pesquisa têm como base a combinação entre comparação estrutural e análise de discurso, com o objetivo de compreender como se constrói, em cada obra, a visão de Brasil e a identidade nacional. Apesar do estudo não realizar amostragem probabilística, este analisou de forma sistemática as seções relevantes dos dois manuais selecionados: Compêndio de História do Brasil (1968), de Borges Hermida, e História do Brasil (1995), de Boris Fausto. Estes capítulos foram selecionados tendo como base a sua relevância na construção simbólica da nacionalidade, segundo critérios de recorrência temática, densidade argumentativa e presença de elementos ideológicos explícitos.

A comparação estrutural partiu da análise dos índices e sumários das duas obras, a fim de identificar a organização geral dos conteúdos, a distribuição temática destes ao longo dos capítulos e como as correntes historiográficas de cada autor e seus meios sociais influenciaram nas escolhas estruturais de seus livros. Foi observado nesta análise que o manual de Hermida, possuía aproximadamente 79,7% dos seus capítulos concentrados no tema Brasil Colônia e Império tendo como foco feitos militares do Estado e protagonismo das elites.

Nesses capítulos é possível observar uma visão de Brasil homogênea, centralizadora e vinculada ao mito das três raças. Em contrapartida na obra de Fausto 34,06% do texto é concentrado no Brasil República, uma característica estrutural do autor que será elaborada de maneira mais aprofundada no tópico “4.3.2 Análise do gráfico”. Após esta seleção inicial uma análise discursiva foi realizada nos trechos considerados mais relevantes, priorizando segmentos em que os autores trabalham os elementos presentes no mito das três raças.

A análise de discurso foi realizada por meio de uma análise comparativa entre os trechos escolhidos dos dois autores com o texto de Matius. Esta organização seguiu a seguinte ordem; (I) Expor o que foi dito pelos autores (Hermida, Fausto e Matius) (II) Uma análise comparativa entre os três textos, de maneira a expor o que foi apropriado de Matius nas narrativas de Hermida e Fausto. E posteriormente uma comparação entre os dois textos de maneira a compreender como ambos os textos se relacionam e se diferenciam em sua narrativa e organização textual.

3.4 COMO OCORREU A MONTAGEM DA TABELA UTILIZADA NO TÓPICO “MITO FUNDADOR”

A tabela 2, apresenta uma comparação entre os conteúdos dos índices, número de páginas e percentuais presente nos capítulos dos livros de Hermida e de Boris Fausto. O gráfico foi montado apenas com as informações presentes nos índices dos textos. A montagem do gráfico foi iniciada pela separação de conteúdos correlatos de cada autor em blocos, essa separação respeita a divisão de conteúdos proposta pelos autores. Um exemplo disso é como o período ditatorial da era Vargas no livro de Fausto é comparado com a república no livro de Hermida.

Vale ressaltar que essa comparação não é perfeita, uma vez que o livro de Boris Fausto possui maior quantidade de páginas e, conseqüentemente, aprofunda mais determinados conteúdos. A título de exemplificação, o capítulo 2 de Boris Fausto abrange o conteúdo equivalente aos capítulos 2 a 7 da primeira parte do livro de Borges Hermida, enquanto o capítulo 5 de Fausto corresponde aos capítulos 3, 4, 5 e 6 da segunda parte de Hermida. Além disso, o livro de Hermida foi publicado em 1968, durante a ditadura militar no Brasil (1964–1985). Por essa razão, os últimos capítulos do livro de Fausto não encontram equivalência no livro de Hermida, uma vez que Fausto narra acontecimentos posteriores à publicação da obra de Hermida.

Outro ponto a destacar é que a divisão dos conteúdos de ambos os livros reflete características do chamado “espírito do tempo”. Como o livro de Hermida foi publicado dois anos após o golpe militar de 1964, os conteúdos referentes à República são mais reduzidos em comparação ao livro de Boris Fausto. A República aparece em apenas um capítulo da segunda parte do livro de Hermida (Capítulo 7 — República), ao passo que, no livro de Boris Fausto, ela se distribui nos capítulos 6, 7 e 8 (A Primeira República; O Estado Getulista: 1930–1945; O Período Democrático: 1945–1964).

Depois desta separação foi anotado o espaçamento de páginas existente no bloco, ou seja, a primeira página do primeiro capítulo e a última página do último capítulo, esta anotação está presente na coluna “páginas”. A coluna “número de páginas” é a subtração da coluna “páginas” ela indica o número total de páginas presente em cada bloco. A coluna “porcentagem” indica o quanto o número de páginas presente no bloco equivale percentualmente ao número total de páginas no

livro. Por exemplo, o capítulo o “Segundo Reinado” de Boris Fausto com as suas 74 páginas equivale a 11,50% das 653 páginas do livro.

Uma diferença interessante entre os dois livros é que o livro de Fausto possui 119 páginas voltadas para elementos extratextuais - referenciais bibliografia, fonte iconográfica, fonte didática, contracapa etc.-, enquanto o texto de Hermida possui apenas 24 páginas. Essa diferença ocorre principalmente por Hermida não colocar as fontes de sua pesquisa ao final do texto.

4 ANÁLISE DAS OBRAS

Nesta parte da monografia é realizada a análise de ambas as obras. Nos tópicos “4.1 Compêndio de História do Brasil, Borges Hermida”, “4.2 História do Brasil, Boris Fausto” são apresentados uma pequena bibliografia de cada autor, aspectos gerais de cada obra mencionada e aspectos historiográficos gerais destas obras. Após esta apresentação inicial, o texto se concentra na relação dos livros com os estados nacionais de seus respectivos períodos e como estes direta ou indiretamente influenciaram as decisões editoriais de cada autor.

Nos tópicos “4.3 Comparação percentual dos livros”, “4.3.1 Percepção dos autores sobre os conteúdos selecionados” e “4.3.2 Análise do gráfico” será apresentado uma tabela e dois gráficos percentuais de conteúdo que contém as distribuições percentuais de conteúdo dentro das obras. Nestes tópicos as distribuições são relacionadas com as correntes historiográficas e vivências pessoais de cada autor.

Nos tópicos “4.4 O mito fundador”, “4.4.1 Indígenas”, “4.4.2 Negros” e “4.4.3 Brancos” é apresentado o mito das três raças, criado por Matius. Após uma breve apresentação deste mito e sua relação com ambas as obras, o texto se concentra na análise de discurso comparativa entre o texto de Matius e as obras de Hermida e Fausto.

4.1 COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DO BRASIL, BORGES HERMIDA

Antônio José Borges Hermida (1917-1995) era licenciado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia e em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Consolidou a maior parte da sua carreira no estado do Rio de Janeiro como professor municipal no Colégio de Arte e Instrução e na Escola de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Também lecionou no Colégio Dom Pedro II, tendo sido aprovado na prova de títulos da instituição. Em 1977, aposentou-se. Hermida faz parte da corrente historiográfica tradicional ou patriótica. Esta corrente possui forte influência positivista e era utilizada pelo estado brasileiro para disseminar a sua versão oficial da história nacional.

Como apresentado no site do colégio Dom Pedro II, a instituição foi fundada em 1837 por decreto imperial e recebe este nome em homenagem ao imperador

infante. Após a declaração da república o colégio muda de nome temporariamente para “Instituto Nacional de Instrução Secundária” retornando apenas em 1911 ao nome original. Até os anos 50 a escola era conhecida informalmente como “Colégio Padrão do Brasil” já que o seu programa de ensino era o modelo copiado pelas escolas particulares para conseguir o reconhecimento dos seus certificados diante do Ministério de Educação. Ainda de acordo com informações do site da instituição, está escola foi fundada com o objetivo de educar a elite brasileira.

De acordo com Oliveira (2019), o Compêndio foi publicado entre 1962 e 1965. Após 1965, sofreu uma reedição e passou a ser publicado com o título *História do Brasil*. Esse livro foi editado entre os anos de 1983 e 1989. Após 1989, o autor deixou de ter suas obras editadas pela CEN. A edição do Compêndio analisada é de 1968.

O livro foi publicado apenas quatro anos após o golpe de 1964, que estabeleceu o regime militar no Brasil. O Compêndio foi publicado durante o primeiro ano de presidência de Costa e Silva, presidente que estabeleceu o AI-5 (Ato Institucional nº 5) e deu início ao período mais violento da ditadura militar, conhecido como “anos de chumbo”. De acordo com Ferraro (2013), foi dentro deste cenário que o governo brasileiro firmou uma série de acordos com o governo americano, resultando na criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED).

A divisão estabelecida por esses acordos, segundo Lima e Junior (2016), na prática conferia poderes editoriais à COLTED, que podia interferir na edição dos livros caso julgasse que não estavam de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação.

O MEC e o Sindicato Nacional dos Editores dos Livros (SNEL) ficaram responsáveis apenas pela edição, sendo que os órgãos da USAID “exerceriam todo o controle, como detalhes técnicos, elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação às editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais dos editores não brasileiros, vale dizer, americanos. (BALDISSERA, 1994, p. 18).

Por meio desses acordos e de outras iniciativas federais — como o financiamento da produção de livros pelo Banco do Brasil, a campanha nacional do material didático e o estabelecimento de tiragens mínimas — o governo federal conseguiu garantir o barateamento do valor de mercado literário. Ferraro (2013) indica que essas razões, somadas ao grande aumento do público leitor — graças à universalização do ensino básico —, fizeram com que o mercado editorial brasileiro

se tornasse um dos maiores do planeta. De acordo com Brauna (2013), entre as décadas de 1960 e 1970, a Companhia Editora Nacional (CEN) chegou a estar entre as maiores editoras do mundo, sendo a maior do país, acumulando “cerca de 55% da produção de didáticos nacionais” (Brauna, 2013, P.38). O Compêndio de História do Brasil era o campeão de vendas CEN chegando a ser publicado 2.439.019 exemplares durante os 10 anos de publicação. (Ferraro, 2013)

Ainda segundo Ferraro (2013), a CEN era extremamente veloz na produção de novas edições para atender às constantes demandas do governo federal. Isso indica que a principal preocupação da editora não era a qualidade de ensino ou a resposta de professores e alunos às suas publicações, mas sim agradar seu principal comprador: o governo brasileiro.

Essas edições nem sempre eram publicadas com a autorização do autor, como demonstram cartas de Carlos Rizzi, gerente editorial da companhia, para o departamento editorial da CEN;

Leve-as pessoalmente, de preferência à tarde, e traga-as de volta no mesmo dia. Importante é não dar oportunidade ao Autor para que faça modificações. Diga-lhe que necessitamos delas para os fotolitos, razão por que não poderá retê-las (CEN, Dossiê Borges Hermida apud Ferraro, 2013, P.9).

De acordo com a tese de doutorado de Ribeira Junior (2007),

Borges Hermida dividiu seu livro em 10 unidades, tendo o mesmo nome que os pontos da Portaria Ministerial 1.045 de 14 de dezembro de 1951, todavia ele sintetizou os 44 assuntos e 30 pontos de estudo. A exposição de Borges Hermida configura-se como uma descrição dos eventos históricos, sem problemas ou inquietações que dirigem o seu pensamento, está pronta e o aluno deve somente memorizá-la para aprender o sentido do saber histórico, não contém notas, citações bibliográficas, nem as referências utilizadas na confecção de seu discurso, e tampouco fragmentos do corpus documental que utilizou para formular o seu livro (Ribeiro Jr, 2007, p. 69).

Essa portaria tornava obrigatórios, para todo o país, os programas didáticos criados pelo Colégio Dom Pedro II, excetuando-se os colégios estaduais. Os programas elaborados por essas entidades “seriam examinados pela Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação.” Caberia ao Ministério averiguar se os requisitos mínimos eram respeitados nesses currículos (Brauna, 2013, p. 63).

Ainda de acordo com Brauna (2013), um dos motivos deste livro ter se tornado o mais vendido durante a ditadura foi a facilidade com que ele se adaptava a esta portaria.

4.2 HISTÓRIA DO BRASIL, BORIS FAUSTO

Boris Fausto nasceu em São Paulo, em 8 de dezembro de 1930, e faleceu na mesma cidade, em 18 de abril de 2023. Era formado em Direito e História pela Universidade de São Paulo, onde também concluiu seu mestrado e doutorado. Construiu sua carreira acadêmica na USP, onde foi professor titular do Departamento de Ciências Políticas entre 1988 e 1997 e colaborador após sua aposentadoria. Além de sua atuação acadêmica, foi colunista semanal da Folha de S. Paulo e membro eleito da Academia Brasileira de Ciências.

De acordo com o site da USP, a universidade foi criada em 1934 como resposta à perda dos paulistas na revolução Constitucionalista de 1932. As primeiras concepções da faculdade surgiram em 1932, em reuniões clandestinas do “Jornal Estado São Paulo” antes que este fosse fechado por consequência da repressão do estado novo.

O autor fazia parte da geração Uspiana de historiografia (Oliveira, 2016). Esse nome faz referência a um tipo de historiografia criada por alunos, ex alunos e professores da instituição de ensino. O livro História do Brasil foi publicado em 1995 pela Editora da USP (Edusp) com coedição da Fundação para o Desenvolvimento de Educação (FDE). Esse foi o ano de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito em 1994 no primeiro turno. Ele foi o segundo presidente eleito democraticamente após a constituinte de 1988.

Na primeira página de seu livro, o autor apresenta os responsáveis pela USP e EDUSP à época de sua publicação — no caso da USP, o reitor e a vice-reitora; no caso da Edusp, o presidente, o diretor editorial, a editora-assistente e a comissão editorial. A edição de 1995 é a segunda edição do livro, a primeira foi publicada em 1994.

De acordo com Boris Fausto em entrevista para a FGV, ele publicou este livro sobre encomenda da Edusp (FGV, 2010). A homenagem da revista Faces da História complementa está informação indicando que o autor; “Em 1994, escreveu para a Coleção Didática Edusp o manual História do Brasil, que alcançou

retumbante sucesso, com várias reedições e atualizado na décima-quarta, de 2012.” (Luca, 2023, P.4)

A relação entre FDE e USP só está presente nas primeiras duas edições desta obra, como é observado pela ausência do selo do órgão e seu status de coedição. A edição de 2012, última edição do livro, não possui qualquer citação a este órgão de fomento.

De acordo com o site da Edusp o processo de editoração de livros da editora ocorre da seguinte maneira; primeiramente os livros são selecionados de acordo com as linhas de editoração. Estando alinhados a estés, os livros são enviados para uma avaliação externa com um consultor especialista na área. Após a avaliação positiva do manuscrito, este ainda precisará passar pelo crivo do Conselho Editorial. Os membros do conselho editorial podem tomar três vereditos sobre o manuscrito (Edusp, 2025);

O livro pode ser aprovado definitivamente, o que significa que será uma publicação de exclusiva responsabilidade da Edusp; o livro pode ser aprovado em regime de coedição (neste caso, o autor deverá se encarregar da procura de outra editora para dividir os custos de produção do livro); ou o livro pode ser recusado. (Edusp, 2025.)

O projeto gráfico e outras edições, como “criação da capa” são responsabilidade da USP. (Edusp, 2025)

Pode se inferir pela presença do slogan da FDE que o livro foi publicado em regime de coedição e que a FDE dividiu os custos de edição com a EDUSP. Essa tese é reforçada com a análise do estatuto da FDE, onde as competências da fundação são expressas como;

Artigo 4.º - A Fundação terá por objetivo complementar as políticas educacionais da Secretaria da Educação, no que se refere à produção, aquisição e distribuição de material instrucional, necessário ao processo de ensino e aprendizagem, bem como cumprir a política de suprimento de recursos físicos para educação, destinados à própria Secretaria da Educação ou a seus órgãos.

§ 1.º - Para consecução desse objetivo a Fundação:

1. editará, por seus próprios meios e/ou mediante contrato com empresas especializadas, obras didáticas de referência (dicionários, atlas e outros); (São Paulo, 1987, Artigo 4)

Como não existe nenhuma diferença estrutural significativa entre a segunda edição que possui a FDE como co-editora, e as edições posteriores do livro que não

possuem a FDE como co-editora. Pode-se inferir que a FDE participou da edição deste livro minimamente ou apenas por meio da divisão de gastos com a Edusp.

4.3 COMPARAÇÃO PERCENTUAL DOS LIVROS

Este tópico apresenta uma análise dos índices mediante a uma tabela percentual de conteúdo e dois gráficos de distribuição dos conteúdos. O objetivo é relacionar as correntes de pensamento que estavam em voga durante o período de escrita de cada autor com suas escolhas estruturais.

4 3.1 GRÁFICO PERCENTUAL DE CONTEÚDO

A tabela 1, apresenta-se uma comparação entre os conteúdos dos índices, número de páginas e percentual presente nos capítulos dos livros de Hermida e de Boris Fausto.

Tabela 2 – Comparativo de conteúdo entre Fausto Boris e Borges Hermida

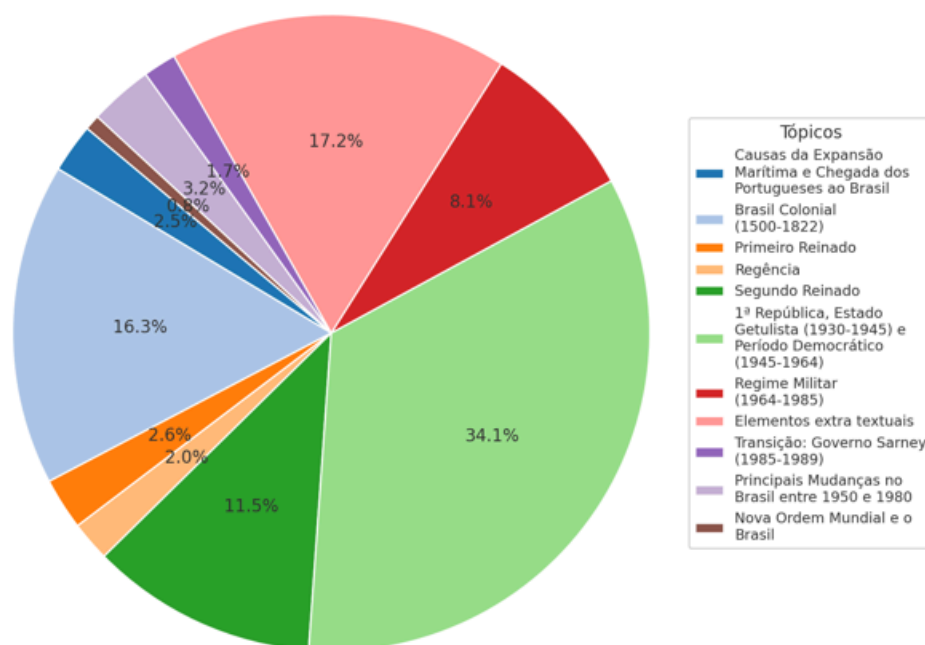
Fausto Boris	Páginas	Nº de páginas	%	Borges Hermida	Páginas	Nº de páginas	%
1. As causas da Expansão Marítima e a Chegada dos Portugueses ao Brasil	17-33	16	2,49%	1. O Descobrimento	15-49	25	7,33%
2. O Brasil Colonial (1500-1822)	35-140	105	16,33%	2. Formação do Povo Brasileiro 3. A Colonização 4. A expansão Geográfica 5. A defesa do Território 6. O sentimento Nacional 7. A independência	51-189	135	39,59%
3. O Primeiro Reinado	141- 158	17	2,64%	1. 1.O Primeiro Reinado	195-219	24	7,04%
2. A regência	159-172	13	2,02%	3. 2. As regências	221-251	30	8,80%

4. O segundo reinado	173-247	74	11,50%	5. 3. A política interna do Segundo Reinado 4. A política externa do Segundo Reinado 5. A abolição 6. O progresso Nacional do Império	233-291	58	17,01%
6. A primeira República							
7. O estado Getulista (1930-1945)	243-462	219	34,06%	7. A república	293-319	26	7,63%
8. O período Democrático (1945-1964)							
9. O Regime Militar (1964-1985)	463-516	53	8,11%	8. O Brasil Contemporâneo	321-340	19	5,57%
10. Completa-se a transição o Governo Sarney (1985-1989)	517-528	11	1,68%	N/A	N/A		
11. Principais Mudanças Ocorridas no Brasil entre 1950 e 1980	529-550	21	3,22%	N/A	N/A		
12. A nova Ordem Mundial e o Brasil	551-556	5	0,77%	N/A	N/A		
Elementos extratextuais	119	N/A	N/A	Elementos extratextuais	24	N/A	N/A
Total de páginas	653	534	82,82%	Total de páginas	341	317	92,41%

Fonte: "Gráfico do autor"

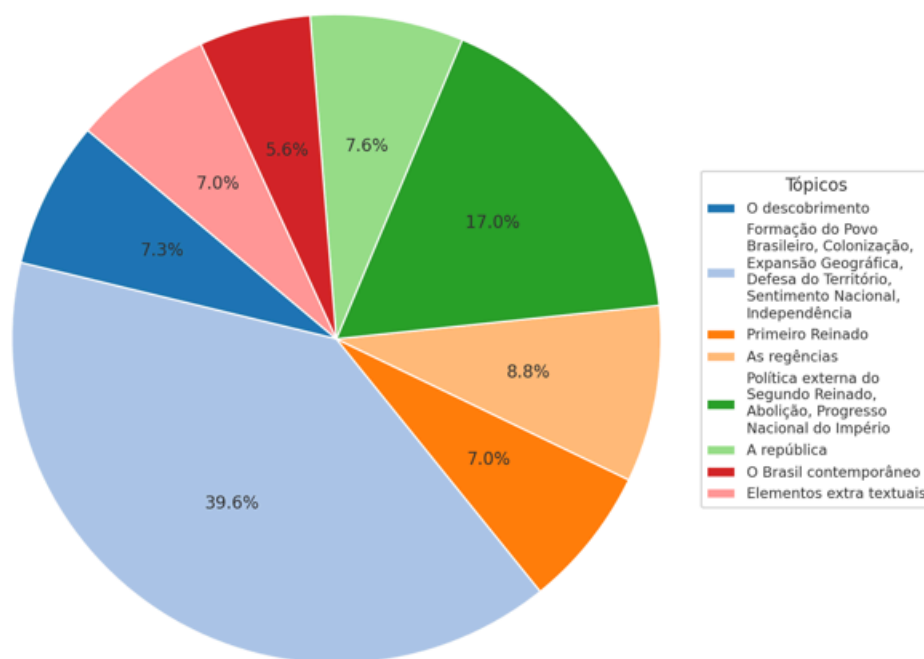
Esses três critérios — os conteúdos dos índices, o número de páginas e o percentual de distribuição dos capítulos — foram escolhidos porque ajudam a entender, de forma concreta, como cada autor organizou e priorizou a história do Brasil em suas obras. Ao olhar os índices, nota-se quais temas foram abordados e o que cada autor considerou mais importante ensinar. O número de páginas evidencia, por sua vez, quanto espaço foi dedicado a cada assunto, revelando os temas mais aprofundados ou tratados com menos atenção. Já o percentual de distribuição serve para equilibrar a comparação entre os dois livros, que têm tamanhos diferentes, mostrando o percentual de cada parte dentro do todo. Esses critérios foram escolhidos porque, juntos, eles permitem comparar de forma qualitativa as escolhas feitas por Hermida e Fausto, tanto em conteúdo.

Gráfico 1 – Distribuição dos conteúdos na obra de Boris Fausto



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 - Distribuição dos conteúdos na obra de Borges Hermida



Fonte: Elaboração própria.

4.3.2 Análise do Gráfico

Na análise dos índices é observado uma constância no ensino da História do Brasil em ambas as obras. Há uma espécie de formato padronizado, preenchida de acordo com as necessidades expressas pela educação de cada período analisado. A linearidade histórica de ambos os livros começa na Europa Medieval, nas heranças do Império Romano, e prossegue para o processo das Grandes Navegações do Estado português.

Hermida inicia a narrativa com o surgimento do Estado português, originado na região da Lusitânia, onde os romanos fundaram o povoado de Cale, que posteriormente ficou conhecido como Portucale. Após a criação desse povoado, a Península Ibérica foi “invadida” por muçulmanos, que, segundo o autor, foram posteriormente expulsos pelos cristãos sob a liderança do Conde Afonso Henrique.

Essa “expulsão” teria ocorrido, segundo Hermida, pelo fato de os invasores serem muçulmanos, e os ocupantes da Península, cristãos. Esse mesmo conde inicia um processo de independência em relação ao Reino de Leão, dando origem a Portugal.

Já Boris Fausto não narra a história da fundação do Estado português. Ele apenas aponta as condições gerais existentes na Europa antes das Grandes Navegações, de modo a demonstrar como essas condições impulsionaram os portugueses em direção às suas conquistas ultramarinas. Essa Europa medieval é descrita como um espaço que surge dos escombros do Império Romano e das invasões bárbaras. Apesar das visíveis regressões nas cidades e nas trocas econômicas, Fausto destaca que a região mantinha certa coerência cultural e legal, herdada do Império Romano.

Após o processo das Grandes Navegações, ambos os livros contemplam o Brasil Colônia, o Primeiro Reinado (1822–1831), a Regência (1831–1840), o Segundo Reinado (1840–1889), a República e finalizam o texto conforme suas respectivas contemporaneidades.

A constância dessa separação é bastante visível quando se observa que, mesmo o livro de Hermida, escrito após o golpe militar que derrubou a República, aborda esse momento histórico, ainda que de maneira diminuta. Isso demonstra uma continuidade na separação historiográfica presente nos dois livros.

Iniciar a narrativa histórica em um passado distante pautada em antepassados ilustres é visto por Thiesse (2000) como um dos elementos constituintes da invenção de uma nação. Podemos inferir que as duas instituições de ensino- A USP e Colégio Dom Pedro II- e o próprio estado brasileiro, entendem que o surgimento do Brasil se dá pelo processo de grandes navegações portuguesas e que o Brasil e os brasileiros descendem indiretamente do império romano através de sua ligação com o estado português.

Em relação a linearidade histórica, esta escolha não é apenas historiográfica é uma herança do positivismo acadêmico. De acordo Faustino e Gasparin (2001), Comte entendia;

O tempo positivo é linear e evolutivo, rumando em direção à ordem e ao progresso social, por isso se dá muita ênfase a alguns acontecimentos passados, aqueles que se referiam a grandes batalhas, aos grandes heróis. A história vista dessa forma apresenta um real opaco, morno, como se todas as transformações importantes já tivessem acontecido em um passado remoto. O tempo presente é um tempo de calma, que segue

tranquilamente para um fim que já está anunciado: o progresso e a felicidade das nações. (Faustino; Gasparin , 2001, P.165)

De acordo com os autores Faustino e Gasparin (2001), Comte entende que a história enquanto disciplina deveria ser composta de fatos interligados que terminam no “presente”. Essa herança historiográfica está relacionada com a linhagem de pesquisa de cada autor. Hermida pertence a linha de historiografia tradicional ou patriótica que possui um forte viés positivista, em seu livro existem vários outros exemplos da influência de Comte. Como a presença de questões ao final de cada tópico e conteúdo histórico diminuto e acrítico.

De acordo com Faustino e Gasparin (2001), Comte propagava este tipo de educação por considerar que o objetivo prático do ensino é promover a “subordinação” do indivíduo ao estado e as elites nacionais, já que o processo de “humanização” positivista é um processo de adequação às normas estabelecidas pelo estado. O positivismo então “é uma narrativa feita para admirar e ter como exemplos os grandes “heróis do passado”, as pessoas responsáveis pelas grandes decisões na política e na economia.” (Oliveira e Neto, 2010, P.5). Essas características, somadas a produção voltada a um senso crítico reduzido, explica o porquê está corrente historiográfica era a “corrente historiográfica” oficial do governo brasileiro.

Já o livro de Fausto não apresenta os elementos organizacionais apresentados por Faustino e Gasparin (2001) presentes no livro de Hermida. O livro de Boris é detalhado, trabalhando de forma aprofundada cada conteúdo. O alinhamento do autor com a organização linear positivista, pode ser relacionada com uma herança institucional de outra corrente historiográfica presente na USP. De acordo com Costa (2020), o curso da USP foi o primeiro curso universitário de história criado no Brasil, possuindo forte influência francesa e da escola de Annales.

O curso de história da universidade de São Paulo surge no Brasil como uma tentativa de autonomizar o ensino de história no país, apesar do ensino da matéria a nível básico remontar ao Brasil Império o departamento de história da Faculdade de São Paulo foi pioneiro em ministrar esta matéria a nível universitário.

Costa (2020) enfatiza que os primeiros professores deste curso eram franceses, em sua grande maioria professores de ensino médio. De acordo com Oliveira e Neto (2010) a escola de Annales surgiu na França como uma reação ao

positivismo histórico, esta corrente tinha como foco a análise de pessoas comuns; indígenas, mulheres, camponeses. (Oliveira Neto, 2010).

Mesmo que a escola de Annales tenha surgido como uma oposição ao pensamento positivista, acaba herdando a organização linear de narrativa histórica desta corrente de maneira modificada. Na escola Annales, as análises historiográficas são lineares e aprofundadas. O bloco com maior quantidade de páginas no livro de Fausto é o referente a república - Este bloco engloba os capítulos 6, 7 e 8 de Fausto-, que equivalem 34,06% do total de 643 páginas do livro, enquanto os conteúdos referentes a república equivalem apenas a 7,63% do total de 241 páginas do livro.

O Boris Fausto é conhecido como “historiador tardio” pois iniciou o seu curso de história apenas em 1963, um ano antes do golpe militar de 1964. (Oliveira, 2016) Isso significa que ele estava na universidade no momento que o estado brasileiro derrubou a república e presenciou a perseguição acadêmica do estado aos seus colegas e professores. A democracia é um tema de forte presença nas produções historiográficas de Fausto, obras como a Revolução de 30 (1970) - Obra mais famosa do autor, onde o pesquisador analisa o golpe militar que derrubou a república velha (Oliveira, 2016)-demonstram o interesse do pesquisador pela democracia.

A diminuta representação da república no livro de Hermida, pode ser analisada como uma herança da representação historiográfica geral brasileira. De acordo com Oliveira (2016), a representação da república de maneira diminuta era o padrão representativo presente nas análises de diversos autores, este padrão somente é quebrado com a publicação de Fausto “A revolução de 1930”. Além disso, o livro de Hermida é publicado logo após o Golpe de 1964 com a intervenção direta do estado brasileiro. Esta escolha poderia estar relacionada também a um alinhamento com o regime militar.

No livro de Hermida a maior quantidade percentual de páginas está entre os capítulos 2 a 7 da primeira parte do livro, correspondendo à 39.59% do total do texto. Estes capítulos possuem uma equivalência de conteúdo ao capítulo dois do livro de Boris Fausto, O Brasil Colonial (1500-1822). No livro de Fausto o capítulo equivale a 16,33% do número total de páginas. Apesar de este ser o maior período historiográfico brasileiro, abrangendo 322 anos da história nacional (1500-1822). A

escolha de Hermida em se aprofundar nele está muito mais relacionada com a corrente historiográfica nacionalista.

Como já dito, para Faustino e Gasparin (2001), o positivismo entende que o estudo historiográfico deve ser pautado ao culto aos antepassados e seus sacrifícios para a criação da nação, de maneira a rumar a sociedade para a “ordem e o progresso”. O culto aos antepassados ilustres, presentes nesta linhagem historiográfica explica a decisão de Hermida de concentrar a maior parte de seu livro no Brasil Colonial. Esta teoria é reforçada quando se observa a separação historiográfica do autor no texto, 79,7% do livro se concentra no Brasil Colônia e Império. O livro possui apenas dois capítulos que não são sobre este tema (Capítulos 7 e 8) .

Os capítulos 7 e 8 da segunda parte do texto, equivalem apenas a 12,64% do total de páginas do livro. Já no livro de Fausto, os capítulos equivalentes ao período pré colonial, colonial e império (os capítulos 1, 2, 3, 4 e 5), equivalem a 34,98% do total de páginas do livro.

4.4 O MITO FUNDADOR

Esta parte do texto apresenta o mito das três raças, considerado o mito fundador da sociedade brasileira. O mito das três raças surge de um concurso promovido pelo jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o tema “Como se deve escrever a história do Brasil?”. O objetivo era chamar o grande público da época para debater qual seria a melhor forma de organizar e estudar a historiografia nacional.

A redação ganhadora foi a de Carlos Frederico Ph. de Martius. Nessa redação, ele apresenta o mito das três raças, que consiste na ideia de que a população brasileira seria formada da junção de três raças distintas — os brancos, os negros e os indígenas — que dariam origem ao pardo, a raça nacional.

O texto em questão possui um forte viés evolucionista e coloca os brancos (representados pela população portuguesa) como os principais agentes e condutores das outras raças para a evolução racial. Apesar da visível superioridade racial expressa em seu texto, Martius também reconhece a importância da contribuição de cada raça e cria um método analítico para narrar a história nacional com base nesse conceito racial.

O evolucionismo de Martius está presente no texto de Hermida e não no de Fausto, apesar de ambos apresentarem o mito das três raças fundadoras e a proposta organizacional para o estudo e a análise dessas raças de maneira adaptada ao contexto histórico.

Figura 1 – Capítulo: formação do povo brasileiro



Fonte: História do Brasil, Borges Hermida

No texto de Hermida, esse mito está presente no capítulo 2, “Formação do povo brasileiro”, com o subtítulo “O elemento branco, o indígena e o negro”. No livro de Boris Fausto, essa organização não é expressa de maneira tão direta quanto em Hermida, mas está presente, por exemplo, no capítulo 1 (“As causas da expansão marítima e a chegada dos portugueses ao Brasil”) e no capítulo 2 (“O Brasil colonial (1500–1822)”), mais especificamente nos subtítulos 2.1 (“Os índios”) e 2.8 (“A escravidão — índio e negros”).

4.4.1 INDÍGENAS

Martius estabelece que uma análise historiográfica dessa população necessita iniciar pela investigação de seus aspectos pré-colonização para, posteriormente, progredir para as interações desses povos com os colonizadores.

(...) Como se formou o seu estado oral e físico por suas relações com os emigrantes; em que estes influíram por leis e comércio, e comunicação, sobre os índios; e qual a parte que toca aos boçais filhos da terra no

desenvolvimento das relações sociais dos boçaes filhos da terra no desenvolvimento das relações sociais dos portugueses emigrados (Martius, 1843, p. 67).

Figura 2 – Fotos de indígenas brasileiros



Fonte: História do Brasil, Borges Hermida

O autor também enfatiza a importância da análise das línguas nativas e das cadeias linguísticas nacionais, algo que pontua como de suma importância para o entendimento das culturas locais. Inclusive, para Martius, existe a necessidade de ampliar as análises desses conteúdos, de maneira a aumentar a compreensão das árvores linguísticas que existiam no Brasil colonial.

E são justamente esses pontos apresentados por Martius que estão presentes no livro de Hermida no capítulo 2 (“Formação do povo brasileiro”), tópico 6 (“O indígena brasileiro”). Este tópico é dividido nos subtópicos: a) Origens do indígena da América; b) Usos e costumes do índio brasileiro; c) Principais nações e tribos; e d) A contribuição do índio.

No subtópico “a) Origens do indígena da América”, Hermida analisa as diferentes possibilidades para a chegada desses povos ao continente americano. São elas: a teoria autoctonista, na qual o homem americano teria surgido no próprio continente; a teoria asiática, na qual esses indivíduos teriam chegado ao continente por intermédio do estreito de Bering (uma pequena conexão terrestre entre a América e a Ásia); e a teoria australiana, segundo a qual o povoamento das Américas se deu de ilha a ilha, com início na Oceania.

No subtópico “b) Usos e costumes do índio brasileiro”, são apresentados os costumes e modos de vida das comunidades indígenas. Nesse subtópico, são utilizadas algumas expressões que inferiorizam as comunidades tradicionais. Para o autor, “os índios viviam principalmente da caça e da pesca. As tribos mais adiantadas, porém, plantavam o milho, a mandioca e o fumo” (Hermida, 1961, p. 56). Além disso, os costumes indígenas são apresentados de forma generalista e superficial.

No tópico “c) Principais nações e tribos”, o autor apresenta algumas comunidades indígenas, tais como os tupis (considerados os índios da língua geral e compostos por várias comunidades distintas), os nuaruaques, os caraíbas, os jês (ou tapuias) e os aimorés. Os caraíbas e os aimorés são representados de maneira pejorativa. Hermida afirma que o nome “caraíba” deriva da palavra “canibal”, considerada sinônimo de antropófago.

Uma das tribos mais atrasadas e feroz, a dos Aimorés, vivia no Espírito Santo. Os Aimorés não faziam casas, dormiam no chão sobre folhas e tinham o hábito de açoitar os filhos com plantas espinhosas para que se acostumassem a andar pelos matos. Ficavam escondidos, aos grupos, à beira dos caminhos para atacar as pessoas que passavam, matá-las e depois devorá-las (Hermida, 1961, p. 61)

A única comunidade apresentada de maneira positiva é a dos guaicurus, apelidados pelo autor como os “índios cavaleiros”, graças à sua grande importância na Guerra do Paraguai.

No subtópico “d) A contribuição do índio”, o autor pontua as contribuições que os indígenas trouxeram à população brasileira. A primeira delas foi a miscigenação com os brancos, que deu origem aos mamelucos e aos caboclos, figuras consideradas importantes para o autor pelo seu papel nas entradas, bandeiras e no povoamento da região amazônica. A miscigenação com os negros gerou os cafuzos. O autor dá mais ênfase à miscigenação com os brancos, ressaltando como esta deu origem a importantes figuras históricas nacionais.

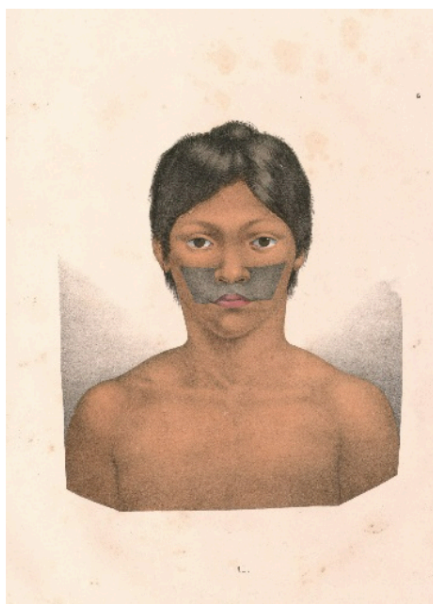
Outras influências citadas são: na alimentação, com o consumo de farinha de mandioca e de milho; na caça em alto-mar, com a utilização de objetos como a rede de pesca, a jangada e a canoa; e no uso de ervas para o tratamento doméstico de doenças — Hermida não especifica quais ervas ou doenças. Há, também, a influência linguística, com palavras herdadas da cultura indígena.

O autor apresenta algumas imagens representativas das populações indígenas brasileiras. Elas não possuem identificação das comunidades retratadas, sendo as pessoas referidas de maneira genérica como “tipo indígena”. A subunidade sobre indígenas é finalizada com um pequeno texto chamado “Os índios mais adiantados da América”. Nesse trecho, o leitor é apresentado às populações ditas como “adiantadas”, em oposição aos “peles-vermelhas” e aos nativos brasileiros, vistos como atrasados. “Possuíam cidades, praticavam o comércio e tinham elevados conhecimentos nas artes e nas ciências” (Hermida, 1961, p. 64).

As populações apresentadas como avançadas são os astecas, os maias e os incas. O autor indica que os astecas fundaram a cidade de Mechtli, no planalto de Anáhuac; do nome dessa cidade deriva o termo “México”.

Hermida afirma que os maias se localizavam no planalto central e já haviam abandonado suas cidades antes da colonização espanhola, restando apenas os escombros. Ele expressa que não se sabe ao certo o motivo desse abandono, mas se teoriza que foi causado pelo empobrecimento do solo pela coivara. De acordo com Hermida, esse método era utilizado pelos indígenas por desconhecerem adubos e arado. No livro de Boris Fausto, o aspecto indígena é tratado no subtópico “2.1. Os índios”, no segundo capítulo: “O Brasil colonial (1500–1822)”.

Figura 3 – Figura utilizada em livro de Boris Fausto, sobre o título figura de um indígena



Fonte: História do Brasi

De acordo com Boris, existe uma dificuldade em analisar a cultura e os costumes indígenas devido à ausência de materiais historiográficos sobre essas culturas e ao preconceito presente em muitos relatos coloniais.

Nesses relatos, as qualidades positivas ou negativas dos indígenas são atribuídas de acordo com o grau de resistência ao processo de colonização e dominação — ou seja, quanto menor a resistência, mais positiva a visão do colonizador sobre esse grupo. Boris cita como exemplo os aimorés, o mesmo grupo citado pejorativamente por Hermida. De acordo com os relatos:

Sempre foram apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios vivam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás, comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570) só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição (Fausto, 1995, p. 38).

A visão negativa desse grupo está relacionada à grande resistência que eles ofereciam ao processo de colonização. Os aimorés, segundo Boris, eram vistos como indígenas guerreiros que impunham forte resistência aos portugueses. À parte dessas dificuldades, Boris, assim como Hermida, traz em seu texto as características gerais propostas por Martius. Ele divide as populações costeiras encontradas pelos portugueses em dois grandes grupos de relativa homogeneidade cultural e linguística: os tupis-guaranis e os tapuias. Ambos eram falantes do tupi.

O autor afirma que, quanto aos hábitos alimentares, ambos os grupos praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura, ocupando as regiões de maneira temporária. Sua agricultura baseava-se na derrubada da mata e na prática da coivara, que é a queima do solo para o plantio. Segundo Boris, a relação entre comunidades se dava por meio da troca de mulheres e de itens considerados de luxo, o que gerava o surgimento de alianças entre essas comunidades.

Para Boris, a colonização portuguesa representou uma grande catástrofe para os grupos indígenas, pois “os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes” (Fausto, 1995, P.40). Ambos os autores utilizam os elementos expressos por Martius para representar as populações indígenas, apesar de o fazerem de maneiras diferentes. A representação de Hermida é preconceituosa em relação à de Fausto.

Isso pode ser explicado pelas condições políticas na época da escrita de cada livro. Como já mencionado, o principal comprador de manuais durante a ditadura militar era o próprio Estado brasileiro. Esses livros, muitas vezes, eram editados sem a revisão dos autores, para que estivessem alinhados às normas estabelecidas pelo governo.

Durante a ditadura, a política pública nacional para a população indígena era a da integração forçada. O Estado foi responsável por diversas violências contra as comunidades nativas, como evidenciado nas denúncias presentes no Relatório Figueiredo e observadas pela Comissão da Verdade. O livro de Fausto foi escrito após a ditadura, sob o escopo da Constituição de 1988. Essa constituição ficou conhecida como Constituição Cidadã, por ter sido elaborada com ampla participação popular e por garantir direitos a diversas comunidades historicamente excluídas.

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (Constituição Federal, 1988, art. 231).

4.4.2 NEGROS

Matius descreve que, para explicar a influência do negro africano na cultura brasileira, é interessante refletir sobre seus “costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes proprias á sua raça em geral, etc.” (Matius, 1961, p. 81).

Para gerar esse conhecimento de maneira plena, Matius declara que é essencial uma análise das colônias africanas portuguesas e de como estas influenciaram o Brasil e foram influenciadas por ele, dando enfoque ao tráfico negreiro, às suas organizações e à forma como influenciavam o comércio, a indústria e a agricultura locais. O autor pontua que esse tipo de conhecimento é escasso tanto no Brasil quanto na Europa e que seria de grande valia para ambas as nações realizar análises aprofundadas sobre o tema.

No livro de Hermida, o elemento negro está presente no capítulo 2, “Formação do povo brasileiro”, tópico 7, “O negro e a escravidão”, que está subdividido nos tópicos “a) A escravidão indígena e africana” e “b) Quilombo de Palmares”.

Figura 4 – Figura utilizada em o “elemento negro”



Fonte: Compêndio de história do Brasil, Boris Hermida

No tópico “a) A escravidão indígena e africana”, Hermida justifica a escravidão como necessária devido à grande demanda por gente nos engenhos e plantações de açúcar. De acordo com o autor, em um primeiro momento tentou-se utilizar a mão de obra indígena, que se mostrou falha para a lavoura, já que:

Eles estavam acostumados a uma vida livre, pois nas tribos os trabalhos mais pesados eram feitos pelas mulheres. Também eram defendidos pelos jesuítas que lhes ensinavam a língua portuguesa e a religião cristã
Hermida, 1961, P.66

Por esse motivo, a mão de obra indígena ficou reclusa apenas às atividades que estes já faziam nos seus momentos de “ócio”, como “caçar, pescar ou pilotar uma canoa” (Hermida, 1961, p. 66). Os escravos utilizados para a agricultura eram os africanos. Segundo Hermida, eles já eram escravos antes de virem para as Américas, sendo mais fortes e resistentes que os indígenas. Na narrativa do autor, os africanos vinham para as Américas nos porões dos navios tumbeiros, onde muitos morriam de fome, desnutrição e diversas doenças, como o banzo (Uma espécie de depressão), o sarampo e a varíola.

Em relação às etnias dos emigrados, Hermida pontua que as mais importantes eram os sudaneses e os bantos. Os portos com maior taxa de entrada de escravos foram os do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Os escravos, ao chegarem aos portos, recebiam uma refeição reforçada de milho para recuperar as forças e eram levados para serem vendidos.

Os compradores examinavam o pobre escravo como quem compra um animal; perguntavam pela idade, verificavam se os dentes estavam em bom estado ou se havia defeitos pelo corpo (Hermida, 1961, p. 87).

O autor segue o texto apresentando as contribuições dessa raça para a formação da nação brasileira. Fica subentendido na leitura que a principal contribuição está nos diferentes ofícios que esses indivíduos exerceram ao longo da história nacional. Ele também cita algumas influências culturais, de forma rasa.

São de origem africana muitas festas e danças, certas crenças que ainda têm tantos seguidores, comidas, como o vatapá, o angu, e o munguzá e temperos, como o azeite- de-dendê (Hermida, 1961, p. 70).

O autor finaliza essa seção com a forma de tratamento dada ao negro escravo, que, de acordo com ele, era muito boa durante o período colonial. Hermida menciona que o rei de Portugal, em 1700, proibiu qualquer forma de abuso físico contra os escravizados. No subtópico “b) O quilombo de Palmares”, o autor apresenta os quilombos, definidos como agrupamentos de escravos fugidos. De acordo com Hermida, o mais importante deles foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Este quilombo aumentou de tamanho durante as invasões holandesas.

O autor descreve a relação entre os quilombos e as cidades vizinhas como pacífica, enfatizando os constantes processos de trocas entre eles. Em relação à organização política desse agrupamento, ela se baseava nos governos africanos, nos quais as decisões eram tomadas por chefes militares agrupados no conselho do rei. A queda do quilombo ocorreu após 50 anos de resistência, quando o governador de Pernambuco, João da Cunha Souto-Maior, contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho para atacar o quilombo. De acordo com Hermida, é um erro acreditar que Zumbi, líder militar de Palmares, cometeu suicídio.

Durante muito tempo se disse que o chefe do quilombo, o zumbi, preferiu suicidar-se, a ficar prisioneiro nas mãos dos vencedores, está provado, porém, que ele, com um grupo de vinte homens, lutou bravamente até morrer. (Hermida, 1961, P.70)

Figura 5 – Imagem presente no capítulo o elemento negro



Fonte: livro de Borges Hermida

No livro de Boris Fausto, o elemento negro está presente no capítulo 2, “O Brasil Colonial 1500–1821”, subtópico 2.8, “A escravidão – índios e negros”. Fausto apresenta os motivos da escravidão indígena não ter funcionado no Brasil e expõe os tipos de escravidão aos quais os nativos estavam submetidos: a escravidão por meio dos assentamentos jesuítos e a escravidão por captura, realizada pelos colonos.

De acordo com o autor, a escravidão indígena passou por um processo gradual de proibição que se iniciou em 1570 e se finalizou em 1578, excetuando-se duas situações: punição por canibalismo e guerras justas. O principal motivo dessa proibição foram as catástrofes demográficas causadas por epidemias que reduziram consideravelmente a população nativa e levaram a Coroa a incentivar a importação de negros. Essa mão de obra já era utilizada anteriormente pelos portugueses nas ilhas do Atlântico para a produção de açúcar.

Boris cita alguns preconceitos trazidos por Hermida, apontando-os como falaciosos.

A escravidão do índio, chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência (Boris, 1995, p. 49).

Fausto, de forma semelhante a Hermida, divide os povos trazidos ao Brasil em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, vindos da África Ocidental, e os bantos, da África Equatorial. Apesar de considerar que a maior parte dos escravizados se originava dessas regiões, o autor faz uma ressalva, indicando que os negros escravizados poderiam vir de diversas partes e possuíam culturas muito distintas. Fausto também aponta Salvador e Rio de Janeiro como os principais centros importadores de escravos (não cita Recife), ressaltando que eram centros concorrentes, cada qual com seu *modus operandi*.

Figura 6 – Imagem do livro de Boris Fausto



Fonte: História do Brasil, Boris Fausto

Fausto menciona os quilombos e o quilombo de Palmares, tratando-os como espaços de resistência dos negros à escravidão.

Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização

social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. (Fausto Boris, 1995, p. 5)

O texto finaliza com uma breve análise da condição legal do negro escravo em comparação à do indígena. De acordo com o autor, a escravidão negra não sofreu oposição do Estado nem da Igreja; pelo contrário, diversos argumentos eram utilizados para justificá-la, como o de que essa instituição já existia na África — argumento também utilizado por Hermida.

Para Fausto, o indígena contava com algumas leis de proteção legal, enquanto o africano escravizado não possuía qualquer direito, sendo tratado mais como uma posse do que como uma pessoa. Além disso, segundo o autor, a situação do escravo foi se agravando ao longo do século XIX, com o surgimento de teorias “científicas” que colocavam a população negra como racialmente inferior.

Diferentemente do que ocorre nos trechos sobre as populações indígenas, ambos os textos não cumprem plenamente os requisitos representativos expostos por Matus. Nenhum deles traz uma representação clara das influências culturais africanas no Brasil, nem faz referência à relação do país com as colônias exportadoras de escravos. Apesar disso, Fausto apresenta, em seu primeiro capítulo, no subtópico “A ocupação da costa africana e as feitorias”, o processo de avanço português sobre a costa africana.

O texto de Hermida representa de forma bastante superficial as influências culturais do negro, citando-as de maneira genérica e subentendida. Ou seja, o autor não as nomeia diretamente, cabendo ao leitor inferir a quais danças e práticas religiosas de matriz africana o texto se refere. Cabe ressaltar, mais uma vez, que esse livro foi censurado pelo regime político em vigor na época no Brasil, e que essa escolha de não nomear, mas citar, é uma escolha política.

Ambos os autores acabam reduzindo o “elemento negro” à sua participação na escravidão e no trabalho braçal, o que pode ser observado nos títulos bastante semelhantes dos tópicos: “O negro e a escravidão” e “A escravidão – índios e negros”. Inclusive, Hermida expressa abertamente que a principal influência dos negros na construção da nação está nos diferentes “ofícios” que exerceram ao longo da história.

O início desses tópicos apresenta uma organização geral bastante similar, que segue a seguinte lógica: inicia-se com a utilização da mão de obra indígena como escrava; segue-se com a explicação das razões para o fracasso dessa mão

de obra; aborda-se a escravidão africana; indicam-se as divisões étnicas dos grupos; e, por fim, são citados os principais portos de recepção dos africanos.

Ambos os autores são claros quanto à violência da escravidão africana. No livro de Boris, o autor discorre sobre como nem a Igreja nem o Estado se opuseram à escravidão, utilizando diversos argumentos para justificá-la. Em termos legais, o autor afirma que o indígena possuía uma proteção (ainda que falha), enquanto o africano não possuía qualquer direito, sendo tratado como uma propriedade. Caso morresse, era possível importar outro.

Já o livro de Hermida é mais contraditório nesse aspecto. Apesar de o autor justificar a escravidão africana com base na incapacidade indígena para o trabalho e na suposta continuidade do papel que o africano já exercia em seu continente de origem, ele faz referências bastante negativas à prática, como o apelido “tumbeiros” dos navios negreiros, a doença do banzo (causada pela saudade da terra natal, uma espécie de depressão), e a forma como “os pobres escravos” eram examinados “como animais” por seus compradores.

Apesar dessa construção negativa, Hermida termina o texto afirmando que os escravos “eram muito bem tratados” e que, para coibir abusos mais violentos, a Coroa portuguesa proibiu, em 1700, práticas como marcação a ferro quente, açoitamento ou mutilação. Os dois autores, assim, se contradizem quanto à proteção legal dada aos escravizados pelo Estado português. Fausto afirma que o escravo era considerado apenas um bem do seu proprietário, enquanto Hermida sugere uma certa proteção legal.

Em relação aos quilombos, ambos os autores os definem como espaços de fuga para os negros que escapavam da escravidão, com organização política baseada em tradições africanas. Boris os apresenta como locais de resistência, enquanto Hermida os descreve como comunidades pacíficas, com relações positivas com os vizinhos. Pode-se concluir que ambos os autores reconhecem a violência da escravidão como instituição, mas o texto de Hermida minimiza a relação violenta entre o senhor de engenho e o escravo.

Em relação às imagens, o capítulo de Hermida apresenta duas: “Mulher da tribo dos Coroados (Desenho de Rugendas)” e “Negros serradores de tábuas (Detalhe de um desenho de Debret)”. A escolha de representar negros trabalhando faz sentido diante do argumento do autor de que a principal contribuição dessa raça foi sua força de trabalho.

Ao contrário do ocorrido no capítulo sobre o “elemento indígena”, a imagem da mulher negra apresenta na legenda o nome de sua tribo — o que não ocorre com as imagens dos indígenas, referenciadas genericamente como “tipo indígena”. O livro de Boris Fausto apresenta apenas uma imagem: o quadro “Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes”, de Benedito Calixto.

4.4.3 BRANCOS

No texto evolucionista de Matius, o elemento branco é o elemento que mescla as duas outras raças para a formação da raça brasileira. Essa raça seria a do conquistador.

D'isso necessariamente se segue o portuguez, que como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu n'aquelle desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e as garantias moraes e physicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor (Matius, 1843, p. 64).

Dessa maneira, a organização da historiografia do Brasil necessita ser pautada na relação de dominação dos portugueses para com os indígenas e os negros, a começar com a influência que os portugueses tiveram sobre os nativos.

Para o autor, quando os portugueses chegaram ao Brasil, encontraram uma população indígena espaçada e escassa, o que não foi um entrave para a expansão das cidades e ocupações dos colonos. O único momento em que esses nativos exerciam influência negativa sobre os colonos era quando atacavam suas cidades, o que fez com que os colonos criassem o Sistema das Milícias. Para Martius, esse sistema é de suma importância, pois é a razão pela qual os colonos conseguiram se proteger das tentativas de ocupações francesas e holandesas. Martius coloca essa relação conflituosa como a razão geradora da veloz ocupação do interior do país e da grande extensão do território nacional.

Em relação aos motivos que levaram os colonos portugueses a migrar para o Brasil, Martius expressa que a migração ao território brasileiro deve ser explicada pelas demandas e necessidades comerciais e políticas presentes na Europa. Esses movimentos, acrescidos da grande demanda por metais preciosos e por “plantas especiais” (Martius, p. 74, 1843), necessitam estar presentes nas narrativas historiográficas nacionais. Além de questões políticas e econômicas, para o autor

existe uma necessidade de relatar os costumes culturais dos colonos, indicando como os órgãos administrativos portugueses e a legislação portuguesa foram modificados para as condições peculiares da colônia além-mar.

Para Martius, a relação entre a metrópole e a Igreja também necessita ser desenvolvida, dando ênfase à ordem dos jesuítas e outras ordens religiosas. Os materiais historiográficos encontrados nessas ordens são de grande importância para a compreensão dos nativos.

O autor finaliza o texto indicando que a produção historiográfica brasileira necessita abranger outros dois aspectos da vida colonial: a educação e a vida militar. Em relação à educação, o historiador precisa compreender a evolução desta matéria na Europa e em Portugal, indicando a influência dessas mudanças no Brasil colonial. Já na vida militar: a compreensão desta abrangeria um relato dos critérios utilizados para o recrutamento e os modos de “instrução, comando e serviço do exército, princípios estratégicos” (Martius, p. 78, 1843).

No livro de Hermida, o elemento branco está presente no capítulo 2, “Formação do povo brasileiro”, tópico 5, “O elemento branco”. Este tópico é subdividido nos subtópicos: “a) Os primeiros povoadores”, “b) As relações entre europeus e índios”, “c) Caramuru e Ramalho”. No tópico “a) Os primeiros povoadores”, Hermida disserta sobre os primeiros habitantes do território nacional. O autor diferencia três tipos de habitantes nas colônias: os degredados, os marinheiros e os colonos.

Os degredados eram pessoas que haviam cometido crimes em Portugal e eram punidos com a migração forçada às colônias. Para Hermida, apesar de o Brasil receber uma quantidade considerável desse tipo de imigrantes, é errado concluir que a nação foi povoada pelos piores criminosos de Portugal, já que a maioria desses indivíduos havia cometido pequenos crimes.

O primeiro grupo de degredados veio ao Brasil junto com a frota de Pedro Álvares Cabral, o segundo em 1501, na expedição de Gaspar de Lemos. O autor enfatiza que Martim Afonso de Sousa encontrou um desses em Cananéia, na atual costa paulista, e que esse indivíduo possuía instrução, já que foi chamado de bacharel por Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso. Os marinheiros eram indivíduos que vinham à costa brasileira junto com as expedições marítimas portuguesas. São estes os indivíduos que ficavam no litoral para ocupar as feitorias e os fortes, os que desertaram dos navios perto da costa e os naufragos.

Os primeiros colonos são as pessoas que chegaram ao país junto com a expedição de Martim Afonso, estes “portugueses que vinham com o propósito de estabelecer lavouras e morar definitivamente no Brasil” (Hermida, p. 53, 1968). É interessante enfatizar como o autor realiza uma progressão de palavras para se referir a esses diferentes tipos que ocuparam a costa brasileira. Os degredados são referidos como “portugueses”, os marinheiros como “povoadores”, e ele apenas considera como colonos os portugueses que vieram à costa após a expedição de Martim Afonso.

No tópico “b) As relações entre europeus e índios”, Hermida elabora como foi o primeiro contato da frota de Pero Vaz de Caminha com os indígenas. O primeiro grupo de nativos encontrado por Caminha foi o dos tupiniquins, e seu encontro com os portugueses foi pacífico. Os indígenas presentes ajudaram os portugueses a repor o estoque de água e comida nos navios e os auxiliaram a construir uma cruz de madeira, que foi posteriormente levada à terra firme e utilizada para a realização de uma missa. O autor afirma que os indígenas assistiram à cerimônia respeitosamente e que essa postura fez Caminha acreditar que eles seriam facilmente convertidos e sugerir ao rei de Portugal que enviasse missionários à nova terra.

Para Hermida, a relação entre indígenas e colonos era pacífica enquanto os colonos fossem leais aos nativos; porém, muitos “fingiam-se de amigos para maltratá-los, escravizando-os e entregando-os às tribos inimigas” (Hermida, p. 53, 1968). Essa atitude dos colonos levava os nativos a aliar-se aos franceses, já que estes “os sabiam tratar com bondade” (Hermida, p. 53, 1968). O autor pontua que foi por meio dessa aliança que os franceses conseguiram resistir por vários anos em sua ocupação no Rio de Janeiro.

No tópico “c) Caramuru e Ramalho”, Hermida apresenta dois colonos que, de acordo com o autor, foram muito importantes para o processo de colonização do Brasil. O primeiro foi Diogo Álvares, náufrago português que ajudou Martim Afonso de Sousa com os indígenas. Ele era casado com a indígena Paraguaçu (batizada como Catarina Álvares) e com ela teve Antônio Dias Adorno e Belchior Dias, ambos adentraram o sertão brasileiro em busca de ouro. Já João Ramalho vivia na região onde seria fundada a vila de São Paulo. Ele já era casado em Portugal e, no Brasil, se uniu à índia Bartira, batizada como Isabel. Hermida afirma que ele ajudou Martim Afonso a iniciar a colonização de Piratininga.

No texto de Boris Fausto, não existe nenhum capítulo ou subtópico cujo título faça referência direta à raça branca. Ainda assim, é possível observar a presença do texto de Martius quando se analisa a organização do conteúdo presente no primeiro e segundo capítulos do livro.

No seu primeiro capítulo, Fausto explicita os motivos que levaram o Estado português a realizar o processo das grandes navegações para o Brasil e aspectos econômicos gerais dos europeus, como a sede por especiarias e a necessidade de criação de novas rotas comerciais para as Índias, causadas pelo bloqueio do caminho terrestre devido à dominação de Ravena pelo Império Turco-Otomano. Os aspectos gerais da Europa, presentes no capítulo 1, são complementados nos subtópicos “2.9 O Mercantilismo” e “2.10 O exclusivo comercial”, do capítulo 2.

Já os costumes culturais e organizacionais da sociedade dos colonos estão presentes no capítulo 2, nos tópicos “2.14 As instituições da administração colonial”, “2.15 As divisões sociais”, “2.16 Estado e sociedade” e “2.17 As primeiras atividades econômicas”. A relação entre a Igreja e a metrópole está no tópico “2.12 Estado e Igreja”. Os tópicos do texto de Martius que não são tratados no texto de Fausto são o sistema de milícias, o sistema educacional do período e a formação do exército brasileiro.

Agora, comparando o texto de Hermida com o texto de Martius, alguns dos temas expostos como necessários por Martius também serão tratados nos capítulos anteriores e posteriores do livro de Hermida. No primeiro capítulo de Hermida, “O Descobrimento”, o autor apresenta os motivos que levaram o Estado português a se aventurar nas grandes navegações, assim como aspectos gerais do mundo europeu que influenciaram essa escolha.

No capítulo 3, “A colonização”, o autor expõe o processo de colonização do Brasil, a formação dos primeiros povoados, os aspectos econômicos da colônia brasileira e a relação entre o Estado e a Igreja. Similarmente a Fausto, Hermida não menciona a criação das milícias a partir das invasões indígenas, colocando as relações como conflituosas ou amistosas, de acordo com a comunidade citada. No caso específico dos Tupiniquins, cuja relação com os portugueses era amistosa, a citação do autor é positiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES- QUAL A VISÃO DE PAÍS EM CADA TEXTO ?

O presente capítulo tem como objetivo apresentar, analisar e discutir os resultados obtidos ao longo da pesquisa, relacionando cada conjunto de dados aos objetivos específicos propostos. Os resultados estão organizados em quatro subtópicos, cada um orientado por um dos objetivos centrais deste trabalho. No subtópico “5.1.1 O que o mito das três raças indica?”, discute-se o uso do mito fundador e da estrutura narrativa como ferramentas de construção da identidade nacional, respondendo ao Objetivo Específico I (Identificar os elementos textuais e narrativos utilizados por cada autor na representação da identidade nacional).

O subtópico “5.1.2 Correntes historiográficas que orientam os autores” está, por sua parte, vinculado ao Objetivo III (Analisar as interpretações de Brasil presentes nas obras), pois analisa como as escolhas temáticas e estruturais são guiadas pelas escolas historiográficas às quais os autores pertencem.

Já o subtópico “5.2 Influência dos diferentes contextos históricos, sociais e institucionais para as diferentes interpretações de Brasil presentes nas obras”, se relaciona diretamente com o Objetivo II (Compreender como os diferentes contextos históricos, sociais e institucionais influenciaram as interpretações de Brasil presente nas obras), ao considerar como o tempo, o espaço e a instituição impactaram a produção e recepção desses textos.

O subtópico “5.3 Os manuais de história como instrumentos de socialização e reprodução simbólica de poder” articulado com “5.4 Racismo institucional e estrutural, suas consequências” atendem ao Objetivo IV (Refletir sobre como os manuais funcionam como instrumentos de socialização escolar e reprodução simbólica de poder) , ao refletir sobre o papel dos manuais enquanto ferramentas que reproduzem estruturas de poder e desigualdade no contexto educacional brasileiro. Dessa forma, a análise do Capítulo permite compreender como Hermida e Fausto constroem visões distintas de país e identidade nacional, influenciadas por suas escolhas narrativas, inserções institucionais e contextos de produção.

5.1 ELEMENTOS SIMBÓLICOS E REPRESENTATIVOS DA IDENTIDADE NACIONAL

O presente tópico tem como objetivo analisar os elementos simbólicos e representativos da identidade nacional presentes nas obras de Borges Hermida e Boris Fausto. A pesquisa identificou que ambos os autores recorrem a construções narrativas específicas para representar o Brasil e sua formação social, destacando-se, entre elas, o mito fundador das três raças (indígena, negra e branca) e a organização historiográfica por tópicos lineares. Esses elementos atuam como ferramentas simbólicas que moldam não apenas a forma como o passado é contado, mas também como a nação brasileira é concebida em termos de identidade racial, social e política. Para aprofundar essa discussão, o subtópico 5.1.1 examina o papel do mito fundador na construção da narrativa nacional, enquanto o subtópico 5.1.2 investiga as correntes historiográficas que estruturam as escolhas narrativas de cada autor.

5.1.1 O QUE O MITO FUNDADOR DAS TRÊS RAÇAS ÍNDICA?

O mito das três raças evidencia a afirmativa de Martius, que coloca a história da ocupação do território brasileiro como a história da dominação portuguesa. Há um processo de naturalização dessa dominação em ambos os livros. No livro de Fausto, os elementos postos por Martius como essenciais para a representação historiográfica da raça branca são implementados ao longo do primeiro e segundo capítulos, sem qualquer referência nominal a essa raça, como ocorre no texto de Hermida.

Já o livro de Hermida também implementa, em seu primeiro e terceiros capítulos, os elementos propostos por Martius. O que torna o processo de naturalização de Hermida menor do que o presente no texto de Fausto é a presença nominal do elemento branco no capítulo 2, “Formação do povo brasileiro”. Apesar de naturalizar menos, em sua divisão de capítulos, o livro de Hermida apresenta claramente, em sua composição, elementos de incentivo à miscigenação e a visão de Martius sobre o tópico — visão esta que não está presente no livro de Boris.

Esses aspectos são observáveis, principalmente quando o autor faz referência às outras duas raças mencionadas no mito. Quando Martius se refere ao “elemento negro” e ao “elemento indígena”, ele indica os tipos de miscigenação que ocorreram entre estes e o “elemento branco” e como esses indivíduos foram essenciais na exploração do interior do Brasil.

No subtópico “Caramuru e Ramalho”, o autor trabalha esta questão. Este subtópico traz o nome de dois homens brancos que, a partir de sua união com mulheres nativas catequizadas, auxiliaram no processo de dominação portuguesa na região de São Vicente, atual São Paulo. Hermida chega a pontuar que Diogo Álvares teve dois filhos com sua esposa e que esses dois indivíduos miscigenados foram importantes no processo de interiorização do país. O interessante neste exemplo é a forma como o autor caracteriza ambas as nativas: eram mulheres catequizadas que assumiram novos nomes após sua conversão ao catolicismo.

Esse subtema de civilização versus selvageria está presente nas representações indígenas ao longo do livro de Hermida. O “bom selvagem” é aquele que se associa ao Estado português, auxiliando sua dominação. Quando as comunidades indígenas estão dentro de suas próprias organizações sociais ou realizam atos de resistência contra a dominação, recebem uma representação negativa. Usando como exemplo o tópico “elemento indígena”, isso fica visível na representação dos Aimorés/Botocudos, grupo guerreiro que resistiu à dominação portuguesa e que é representado por Hermida com adjetivos extremamente pejorativos. Os Tupiniquins, ao contrário, são representados pelo autor como amistosos, auxiliando os portugueses a levar mantimentos a suas frotas, construir uma cruz de madeira e assistir de maneira passiva à missa no território ocupado.

A conformidade ao mundo do trabalho capitalista também é uma constante na descrição desses povos por Hermida. Isso é visível nos tópicos “o elemento branco” e “o elemento negro”. No “elemento branco”, Hermida enfatiza essa característica ao demonstrar de maneira positiva o processo de escambo existente entre os indígenas e os colonos. O autor pontua que estes eram pagos por seus serviços por meio de mercadorias entregues a eles pelos portugueses.

Já no “elemento negro”, o autor explica que, no início da colonização, foi utilizada a mão de obra escrava indígena, e que esta foi substituída pela mão de obra negra pelo fato de os nativos homens não estarem acostumados com o trabalho pesado, que era realizado por suas mulheres. Os nativos só eram

considerados bons escravos quando realizavam trabalhos já desempenhados em suas comunidades.

Em oposição às representações negativas constantes dos povos nativos, Hermida demonstra um cuidado ao apresentar os primeiros ocupantes portugueses do território brasileiro. Ao falar dos degredados, ele enfatiza que, em sua maioria, cometeram crimes pequenos e que é um erro afirmar que a maioria dos ocupantes da nação era formada por criminosos. O cuidado do autor é tanto que, ao apresentar o condenado encontrado por Pero Lopes de Sousa, indica que Pero o caracteriza como “bacharel” — um indicativo de que o indivíduo possuía nível educacional. Essa é uma forma de minimizar o estatuto do primeiro enquanto “fora da lei”.

O texto de Fausto não possui viés evolucionista; por isso, quando o autor faz referência aos pardos, eles são colocados como um dos elementos que compõem a pirâmide social do Brasil colonial. Fausto deixa claro que a estrutura social do Brasil colônia era composta pelas três raças: brancos, pretos e indígenas — e, da junção destas, surgiam os pardos. O autor pontua que, dentro dessa estrutura social, havia uma hierarquia de poder que colocava os brancos em situação privilegiada em relação às outras raças.

Nessa sociedade, o poder se concentrava na figura do homem branco, cis, católico e proprietário rural; esses indivíduos detinham o controle das câmaras municipais (órgãos legislativos do período), da família e dos escravos. (Fausto, 1995). Os pardos, aqui, não são colocados como o fim evolucionista da sociedade. O autor não chega a mencionar os tipos de mistura existentes entre as raças, situando os pardos em condição de desigualdade, assim como os indígenas e pretos. Assim como Hermida, as três raças são expostas no texto de acordo com sua relação com o mundo dos brancos.

Essa construção faz com que o texto de Fausto utilize o mito das três raças de maneira mais crítica, apresentando um retrato mais aprofundado e realista da sociedade colonial do período. De qualquer maneira, o mito das três raças é uma construção social racializada que coloca “o branco” em uma situação de privilégio diante das duas outras raças que “fundaram o Brasil”. A utilização deste mito como o “mito fundador da sociedade brasileira”, demonstra uma visão de Brasil e identidade nacional racializada e hierarquizada.

5.1.2 CORRENTES HISTORIOGRÁFICAS QUE ORIENTAM OS AUTORES

Em relação às correntes que orientam os autores, Hermida faz parte da corrente historiográfica tradicional ou patriótica. Esta corrente possui forte influência positivista e era utilizada pelo estado brasileiro para disseminar a sua versão oficial da história nacional. Já Boris Fausto fazia parte da geração Uspiana de historiografia (Oliveira, 2016) com influências da escola de Annales. Esse nome faz referência a um tipo de historiografia criada por alunos, ex -alunos e professores da USP.

Ambas as correntes possuem como similaridade a representação linear da história nacional, onde os períodos históricos são separados em blocos que terminam na contemporaneidade dos escritores. Em ambos os livros o começo da história do Brasil ocorre nos escombros do império romano a partir do surgimento do estado português. Apesar dos historiadores fazerem parte de correntes historiográficas opostas, a linearidade histórica é uma influência positivista. O tempo positivista é evolutivo rumando em direção à ordem e ao progresso sociais futuros (Faustino e Fasparin, 2001).

Comte propagava este tipo de educação por considerar que o objetivo prático do ensino é promover a “subordinação” do indivíduo ao estado e as elites nacionais, já que o processo de “humanização” positivista é um processo de adequação às normas estabelecidas pelo estado, Faustino e Gasparin (2001). O positivismo então “é uma narrativa feita para admirar e ter como exemplos os grandes “heróis do passado”, as pessoas responsáveis pelas grandes decisões na política e na economia.” (Oliveira e Neto, 2010, P5).

Essa característica positivista é muito visível na distribuição de conteúdo no texto de Hermida, em seu texto 79,7% de seu livro se concentra no Brasil Colonial e Império. O livro possui apenas dois capítulos que não são sobre este tema (Capítulos 7 e 8) que representam 12, 64% do texto. Já no livro de Fausto, os capítulos equivalentes a o período pré colonial, colonial e império (os capítulos 1, 2, 3, 4 e 5), equivalem a 34,98% do total de páginas do livro.

O alinhamento de Fausto com a organização linear positivista, pode ser relacionada com uma herança institucional de outra corrente historiográfica presente na USP. De acordo com Costa (2020), o curso da USP foi o primeiro curso universitário de história criado no Brasil, possuindo forte influência francesa e da

escola de Annales. Costa (2020) enfatiza que os primeiros professores deste curso eram franceses. De acordo com Oliveira e Neto (2010) a escola de Annales surgiu na França como uma reação ao positivismo histórico, esta corrente tinha como foco a análise de pessoas comuns; indígenas, mulheres, camponeses. (Oliveira e Neto, 2010).

Mesmo que a escola de Annales tenha surgido como uma oposição ao pensamento positivista, acaba herdando a organização linear de narrativa histórica desta corrente de maneira modificada. Na escola Annales, as análises historiográficas são lineares e aprofundadas. As correntes historiográficas apresentam, em maior ou menor grau, uma visão de país linear onde a história nacional começa com a chegada dos portugueses (Elemento Branco) ao território nacional. Essa representação reforça a proposta do mito das três raças e a visão de identidade nacional hierárquica.

5.2 INFLUÊNCIA DOS DIFERENTES CONTEXTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS PARA AS DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DE BRASIL PRESENTES NAS OBRAS

Antônio José Borges Hermida (1917-1995) era licenciado em História e Geografia pela Faculdade Nacional de Filosofia e em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Consolidou a maior parte da sua carreira no estado do Rio de Janeiro como professor municipal no Colégio de Arte e Instrução e na Escola de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Também lecionou no Colégio Dom Pedro II, tendo sido aprovado na prova de títulos da instituição. Em 1977, aposentou-se. A edição analisada é a de 1968, publicada apenas 4 anos após o golpe de 1964 e no primeiro ano do governo de Costa e Silva, presidente que estabeleceu o AI-5.

De acordo Ferraro (2013), foi dentro deste cenário que o governo brasileiro firmou uma série de acordos com o governo americano, resultando na criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). A divisão estabelecida por esses acordos, segundo Lima e Junior (2016), na prática conferia poderes editoriais à COLTED, que podia interferir na edição dos livros caso julgasse que não estavam de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação.

Neste período a CEN se tornou uma das maiores editoras do planeta, ela era extremamente rápida na produção de novas edições para atender às constantes demandas do governo federal. A principal preocupação da editora não era a qualidade de ensino ou a resposta dos professores e alunos, mas agradar seu principal comprador, o governo brasileiro. (Ferraro, 2013).

Este livro foi um dos mais populares durante a ditadura militar, chegando a vender cerca de 2.433.019 exemplares durante os 10 anos de publicação (Ferraro, 2013). Brauna (2013) pontua que um dos principais motivos de sua popularidade era a facilidade com que ele se adaptava a portaria 1.045 de 14 de dezembro de 1951.

Essa portaria tornava obrigatórios, para todo o país, os programas didáticos criados pelo Colégio Dom Pedro II, excetuando-se os colégios estaduais. Os programas elaborados por essas entidades “seriam examinados pela Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação.” Caberia ao Ministério averiguar se os requisitos mínimos eram respeitados nesses currículos (Brauna, 2013, p.163).

Já Boris Fausto nasceu em São Paulo, em 8 de dezembro de 1930, e faleceu na mesma cidade, em 18 de abril de 2023. Era formado em Direito e História pela Universidade de São Paulo, onde também concluiu seu mestrado e doutorado. Construiu sua carreira acadêmica na USP, onde foi professor titular do Departamento de Ciências Políticas entre 1988 e 1997 e colaborador após sua aposentadoria. Além de sua atuação acadêmica, foi colunista semanal da Folha de S. Paulo e membro eleito da Academia Brasileira de Ciências.

A edição analisada é a de 1995. Está edição foi publicada pela editora da USP (Edusp) com coedição da Fundação para o desenvolvimento de Educação (FDE). De acordo com dados coletados nesta monografia, Fausto escreveu este livro sobre encomenda da Edusp para compor a coleção didática da editora.

A presença do slogan da FDE só é visível nas primeiras duas edições do livro (1994 e 1995), está informação somada com a ausência significativa de mudanças estruturais em ambas as edições indicam que a FDE participou minimamente da edição ou apenas por meio da divisão de gastos com a Edusp.

A presença de Fausto na USP também influencia estruturalmente o seu texto. O Boris Fausto é conhecido como “historiador tardio” pois iniciou o seu curso de história apenas em 1963, um ano antes do golpe militar de 1964. (Oliveira, 2016) Isso significa que ele estava na universidade no momento que o estado brasileiro

derrubou a república e presenciou a perseguição acadêmica do estado aos seus colegas e professores.

A democracia é um tema bem presente nas produções historiográficas de Fausto, obras como a Revolução de 30 (1970), demonstram o interesse do pesquisador pela democracia. O bloco com maior quantidade de páginas no livro de Fausto é o referente a república - Este bloco engloba os capítulos 6, 7 e 8 de Fausto- ,que equivalem 34,06% do total de 643 páginas do livro. Desta maneira é possível afirmar que o estado brasileiro e as instituições às quais os autores estavam vinculados influenciam, direta ou indiretamente, a visão de Brasil e a identidade social presentes nestas obras.

5.3 OS MANUAIS DE HISTÓRIA COMO INSTRUMENTOS DE SOCIALIZAÇÃO E REPRODUÇÃO SIMBÓLICA

Foi estabelecido ao longo do debate teórico que a nação é uma invenção ideológica pautada em símbolos escolhidos e criados por uma elite social (Thiesse, 2000). Esses símbolos pertencem ao *Habitus* de uma elite dominante (Bourdieu, 2005) que se utiliza de mecanismos de reprodução de seus privilégios para se manter no poder. Para Bourdieu (1982) o principal mecanismo utilizado pelas elites para a reprodução de seu status é o processo educacional.

Educação é um processo de socialização, que prepara o indivíduo para a vida social coletiva, este processo é pautado nas demandas sociais de cada grupo e por isto varia de acordo com o período histórico e social dos indivíduos (Durkheim, 1955). Esta socialização promovida pela educação tem como alicerce a criação e disseminação de hierarquias sociais e a reprodução de status quo (Bourdieu, 1982)

Hermida e Fausto são dois historiadores de espaços que possuem regras e estrutura próprias (Prost, 2008). Estes espaços controlam as suas produções intelectuais de maneira a somente aprovar o que está socialmente alinhado com seus ideais.

Ambos os autores tiveram os seus textos editados por companhias vinculadas ao estado nacional, Fausto pela Edusp e Hermida pela Companhia Editora Nacional (CEN). Para suas publicações serem aceitas os autores necessitam se adequar às “regras do jogo” de produção acadêmica (Prost, 2008). A história do Brasil contada

em ambos os livros é a história da dominação, conquista e subjugação (Matius, 1843) da raça Branca sobre as duas outras raças: o negro e o indígena.

Adequação de suas obras as “regras do jogo” gera a reprodução de desigualdades sistêmicas que mantém grupos de elite no poder e exclui grupos periféricos. Desta maneira, as escolhas organizacionais destes autores fazem parte de um sistema de reprodução de desigualdades, pautado no conceito de raça.

A reprodução destas estruturas por instituições de poder gera o racismo institucional Santos e Reis (2021). Estas instituições não são racistas, elas apenas reproduzem o racismo (Almeida, 2018), como a cultura do país é racista suas instituições são racistas também. O racismo institucional é uma consequência do racismo estrutural (Santos e Reis, 2021), que é definido como a reprodução sistêmica de estruturas de dominação..

5.4 RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL SUAS CONSEQUÊNCIAS

As consequências da reprodução do racismo institucional e estrutural são bastante claras na sociedade brasileira. Stofel (2024) afirma que apesar dos dados do IBGE comprovarem que pardos e negros são uma maioria racial brasileira (Representando cerca de 53,6% da população), eles são minoria na academia representando apenas 16,4% da população universitária (Stofel, 2024).

A população negra brasileira sofre as consequências do racismo, permanecendo nas classes sociais mais pobres e com condições mais precárias na pirâmide social. As condições indignas de vida persistem ao decorrer dos anos, evidenciando o racismo silencioso e não declarado. A marginalização dessa população tem relação com a narrativa de vida de cada indivíduo, ou seja, com as condições históricas de inserção social, somadas às condições de moradia, renda, saúde, localização geográfica e autoconceito positivo ou negativo, que são elementos que determinam o acesso a bens e serviços. (Stofel, 2024, P.2)

A autora também pontua que é justamente a identificação desta violência enraizada que levou o governo federal a instituir a lei de cotas, a portaria GR 695/07 (Stofel, 2024). Esta lei separa uma parcela das vagas de universidades públicas para alunos pretos, pardos e indígenas.

Para Troquez (2023), o racismo estrutural contra os indígenas está concentrado em violências simbólicas e físicas “praticada contra estes povos por ações e omissões do Estado (...)” (Troquez, 2023). Ainda de acordo com este autor

(Troquez, 2023), estas violências têm a tendência de serem invisibilizadas, alunos indígenas universitários iniciam o processo de denúncia somente dentro da academia.

Assim, acordos como o da FUNAI/UNB que criou o vestibular indígena, (Vestibular específico para os povos nativos) são de grande importância para a inclusão deste grupo na academia e reestruturação da sociedade brasileira.

Cabe aqui reforçar a análise de Almeida (2018) sobre o racismo institucional. Estas instituições não são racistas, a sociedade brasileira é racista elas apenas são utilizadas como mecanismo de reprodução do status quo similarmente aos dois livros e autores apresentados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto de partida uma comparação entre dois manuais escolares — *Compêndio de História do Brasil*, de Borges Hermida, e *História do Brasil*, de Boris Fausto — com o propósito de entender como cada autor, dentro de seu tempo e contexto institucional, constrói uma visão de Brasil e de identidade nacional. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa e interpretativa, inspirada em autores como Bourdieu (1982) e Thiesse (2000), e permitiu alcançar todos os objetivos inicialmente traçados.

O primeiro objetivo, voltado à identificação dos elementos simbólicos e narrativos que cada autor utiliza na construção da identidade nacional, foi amplamente contemplado na análise do mito fundador das três raças. Verificou-se que ambos os manuais incorporam essa narrativa, ainda que de maneiras diferentes: Hermida, de forma mais direta e alinhada a um discurso evolucionista; Fausto, por outro lado, adota uma perspectiva mais crítica, mas ainda trabalha com categorias que reafirmam uma hierarquia racial implícita. Nos dois casos, o branco continua sendo retratado como figura central e civilizadora.

O segundo objetivo da pesquisa procurava compreender o impacto dos contextos históricos, sociais e institucionais nas interpretações de Brasil apresentadas nas obras, e os achados foram bastante reveladores. Hermida escreveu durante os primeiros anos da Ditadura Militar, num ambiente editorial controlado por interesses estatais, o que influenciou diretamente o tom e o conteúdo de seu manual. Já Fausto, embora em um cenário mais democrático é vinculado à Universidade de São Paulo, também publicou sob o selo da Edusp/FDE, instituições que, mesmo com maior autonomia, não estão isentas de diretrizes ideológicas. Isso mostra como o Estado brasileiro participa ativamente da construção das narrativas sobre sua própria história.

Ao tratar do terceiro objetivo, que buscava analisar as correntes historiográficas que moldam a estrutura e os temas abordados, a pesquisa evidenciou que Hermida se apoia numa tradição positivista e patriótica, com foco na linearidade e na exaltação de personagens históricos. Fausto, ainda que influenciado pela escola dos *Annales* e mais atento aos aspectos sociais e culturais, também mantém uma organização cronológica tradicional. Em ambos os casos, é

possível notar como a narrativa histórica se estrutura com base em uma ideia de progresso e ordem.

O quarto objetivo visava refletir sobre o papel dos manuais como ferramentas de socialização escolar e de reprodução simbólica das estruturas de poder, e isso ficou claro nos capítulos finais da análise. Tanto o manual de Hermida quanto o de Fausto reproduzem, em maior ou menor grau, representações hierarquizadas da sociedade brasileira, nas quais os indígenas e negros são constantemente colocados em papéis secundários. Isso evidencia o papel da escola e do material didático na manutenção de desigualdades históricas, mesmo quando o discurso aparenta neutralidade.

Como contribuição principal, este trabalho propõe uma leitura crítica da construção da identidade nacional nos manuais escolares, revelando como o ensino da história é atravessado por interesses simbólicos, escolhas políticas e estruturas de poder. A pesquisa também destaca a importância de se pensar o livro didático como um espaço de disputa — e não como um espelho neutro do passado.

Entre as limitações enfrentadas, destaca-se a análise mais detalhada da obra de Hermida, o que se justifica pela ampla disponibilidade de fontes secundárias sobre seu manual, dada sua forte inserção nas políticas educacionais da Ditadura. Como sugestão para futuros estudos, recomenda-se um aprofundamento na trajetória editorial e institucional de Boris Fausto, incluindo o acesso a arquivos, entrevistas com colegas e análise comparativa com outras de suas publicações.

Ao longo dessa caminhada, ficou evidente que a historiografia brasileira, apesar de suas transformações, ainda carrega marcas profundas de uma visão de Brasil centrada na figura do homem branco e no apagamento simbólico dos povos indígenas e da população negra. Retomar criticamente o mito das três raças, como foi feito nesta pesquisa, não é apenas um exercício acadêmico — é um passo essencial para compreender como o país construiu (e ainda constrói) sua memória coletiva e sua identidade nacional. Por isso, repensar os discursos presentes nos livros didáticos é também repensar o próprio Brasil e suas possibilidades de futuro.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, Marta Macedo Matos de; COSTA, João Lúcio Mazzini da; MENDES, Beatriz Moura; MAIA, Ana Luisa Baia. Os livros didáticos na Ditadura Militar (1964–1985). In: Seminários Regionais da ANPAE, [s.l.]: [s.n.].

Assunção, Cristina Adelina de. A Ditadura Militar retratada nos livros didáticos de História do Brasil de 1964 a 1985. PUC-SP, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas; introdução, organização e seleção de Sergio Miceli, 6. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRAUNA, Diogo dos Santos. História do Brasil de Borges Hermida: uma trajetória de edições e ensino de história (1942–1971). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

BRASIL. Colégio Pedro II. Histórico. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ocolegio/historico.htm>. Acesso em: 4 out. 2025.

CPDOC/FGV. Boris Fausto. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/boris-fausto>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DECRETO n. 27.102, de 23 de junho de 1987. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 1987. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1987/decreto-27102-23.06.1987.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 jun. 2025.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Tradução de Lourenço Filho. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

EDUSP. Como publicar. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/como-publicar/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FACES DA HISTÓRIA. A cerca da contribuição de Boris Fausto (1930–2023). Assis/SP, v. 10, n. 1, p. 19–26, jan./jun. 2023.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 157–166, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9J3HryV4VL9jcvnWjCJvhZF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERRARO, Juliana Ricarte. Compêndio de História do Brasil, de Borges Hermida: produção, editoração e circulação. In: Simpósio Nacional de História, 28., 2013, Natal. Anais... Natal: ANPUH, 2013.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 143, 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062018000300602. Acesso em: 10 jun. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. RUF. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2024/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Guerra, N. E. M.; Stofel, N. S.; Borges, F. A.; Luna, W. F.; Salim, N. R.; Sa, B. S. M.; Monteiro, J. O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. *Cien Saúde Coletiva*, (2024/fev). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/o-racismo-institucional-na-universidade-e-consequencias-na-vida-de-estudantes-negros-um-estudo-misto/19070?id=19070>

HERMIDA, Antônio José Borges. *Compêndio de História do Brasil*. 53. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

HEY, A. P.; CATANI, A. M. Reprodução social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (eds.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático. Antônio José Borges Hermida. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/1650>. Acesso em: 10 jun. 2025.

LIMA, Antônio José Araujo; JÚNIOR, Ronaldo Silva. Panorama da educação brasileira na década de 1960. In: Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2016, [s.l.]: [s.n.].

MARTINS, José de Souza. A invenção da USP: um ato intencionalmente revolucionário. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulas/jose-de-souza-martins/a-invencao-da-usp-um-ato-intencionalmente-revolucionario/>. Acesso em: 4 out. 2025.

MATIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de Historiografia brasileira, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

NETO, J. B. Oliveira; SILVA, E. S. As principais metodologias no ensino de história: positivismo, marxismo e escola nova. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26512/2016.02.T.20512>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Boris Fausto: história e historiografia – o fazer-se de um historiador da República em interlocução com as ciências sociais. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PERIÓDICOS UEM. Espaço Acadêmico. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55986/751375152642>. Acesso em: 10 jun. 2025.

Peters, G. (2025). Hábito, habitus e reflexividade: um diálogo experimental entre praxiologia e pragmatismo. Sociedade E Estado, 40(01). <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20254001e53757>

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RIBEIRO JR., Halferd Carlos. O sistema de ensino ginasial e livros didáticos: interpretações da independência brasileira de Joaquim Silva entre 1949 e 1961. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2007.

SCIELO BRASIL (Educação e Pesquisa). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/hMZqk7tS7JMvRcTt3nhK47y/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SOUZA, Leigh Maria de. [Título não informado]. In: Anais do Colóquio..., [s.l.], 2012. Disponível em:

<https://ead.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2012/coloquio/anais/eixo3/Leigh%20Maria%20de%20Souza%20.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais: Europa – séculos XVIII-XX. Tradução de Sandra Silva. 1. ed. Lisboa: Temas e Debates; UNESCO (Memórias do Mundo), 2000.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Racismo contra povos indígenas e educação. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 31, n. 67, p. 98-112, jul./set. 2022. Epub 13 jan. 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2022.v31.n67.p98-112>. Acesso em: 4 out. 2025.

UOL. Ditadura Militar. Brasil Escola. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VALLE, Ione Ribeiro. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. Seção temática: 20 anos depois – pensar com e sem Bourdieu.